

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Regeneração urbana e securitização do espaço público:**

**o caso do Largo do Intendente em Lisboa**

**Antoine Mandoux**

Dissertação de Mestrado orientada  
pelo Prof. Doutor Herculano Cachinho e Doutor Agustin Cocola Gant

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, Especialidade em  
Ordenamento do Território e Urbanismo

---

2019

Universidade de Lisboa  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Regeneração urbana e securitização do espaço público:  
o caso do Largo do Intendente em Lisboa**

**Antoine Mandoux**

Dissertação de Mestrado orientada  
pelo Prof. Doutor Herculano Cachinho e Doutor Agustin Cocola Gant  
Júri:  
Presidente: Professor Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros do Instituto  
de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;  
Vogais:  
- Doutor Simone Tulumello do Instituto de Ciencias Sociais da Universidade  
de Lisboa  
- Doutora Ana Isabel Ricardo Pato Estevens do Instituto de Geografia e  
Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa  
- Doutor Agustin Cocola Gant do Instituto de Geografia e Ordenamento do  
Território da Universidade de Lisboa

2019

Em memória do meu pai.

À minha família, aos meus orientadores e aos meus amigos.

## **Resumo**

Este trabalho de pesquisa questiona as relações entre regeneração urbana e securitização do espaço público, com o intuito de se concentrar no caso do Largo do Intendente em Lisboa. Em 2011, foi lançado um vasto programa de reabilitação do ambiente construído e de dinamização sociocultural da Mouraria, ao qual este lugar mal-afamado foi integrado. Como é que o Largo do Intendente, entendido na altura enquanto lugar de infâmia, se tornou um dos espaços mais atrativos da cidade de Lisboa? O presente trabalho investiga este processo de regeneração urbana através do prisma da segurança, entendida como um sentimento, e da securitização, conceito que engloba todos os dispositivos mobilizados para esta fim.

Os objetivos desta pesquisa são duplos: (i) identificar os dispositivos implementados no espaço público no intuito de aumentar o sentimento de segurança e (ii) observar como estas transformações modificaram as dinâmicas de apropriação do espaço. A linha diretiva é de partir das transformações do ambiente construído para examinar, num segundo tempo, as mudanças ocorridas na maneira de entender o espaço público. Uma atenção específica é dirigida à *Crime Prevention Through Environment Design* (CPTED), que faz parte das estratégias de desenvolvimento urbano e de segurança pública postas em vigor pela Câmara Municipal de Lisboa. Além da recolha e compilação de numerosas fontes documentais e académicas, este trabalho baseia-se numa pesquisa de terreno que se fez em duas fases distintas, e que me conduziu finalmente a que eu próprio me tornasse um ator das transformações da zona. Encontros e entrevistas informais completam as ferramentas metodológicas desenvolvidas, no intuito de construir uma narrativa crítica sobre o Largo do Intendente e, num sentido mais lato, sobre o espaço público na cidade austera/neoliberal.

Em conclusão, evidenciou-se que processos de privatização e de securitização modelam simultaneamente o espaço público para o tornar cada vez mais homogéneo e dedicado ao consumo. Verificou-se que a securitização dos espaços urbanos ultrapassa os meios tradicionais da segurança pública e que pode ser eficaz sem ser tecnologicamente avançada. Observou-se que as dinâmicas de apropriação que resultam destas transformações urbanas não respondem a uma lógica linear, revelando-se complexas e por vezes contraditórias. Em nota final, este trabalho inscreve-se na linha do direito à cidade e pretende defender um espaço público inclusivo e capaz de acolher o Outro.

**Palavras-chaves:** Regeneração urbana, Espaço urbano, Securitização, Privatização.

## **Abstract**

This research questions the relationship between urban regeneration and securitization of public space, focusing on the case of the *Largo do Intendente* in Lisbon. In 2011, a vast rehabilitation programme of the built environment and dynamization of the socio-cultural life of the neighborhood of Mouraria was launched. As the area was previously associated with infamy at the time, why is it that the *Largo do Intendente* became one of the most attractive places in the city of Lisbon?. This work investigates the process of urban regeneration through the prismatic lens of security, understood as a feeling, and securitization, a concept that encompasses all the means employed for such purpose.

The research has two main objectives: (i) to identify the means implemented in the public space in order to increase the feeling of security and (ii) to observe how these transformations change the dynamics of appropriation of the space. In addition to the gathering of numerous documents and academic references, this work is based on field research that took place in two different phases, and eventually led me to become an agent in the transformations of the area. In the first phase, the transformation of the built environment was observed, while in a second stage, the changes that involved in the perception of the public space were examined. Particular attention is given to *Prevention Through Environment Design* (CPTED), which forms part of the urban development and public security strategy employed by the *Câmara Municipal de Lisboa* (Lisbon City Council). Informal meetings and interviews complete the methodological tools implemented in order to build a critical narrative around the *Largo do Intendente* and, in a broader sense, about public space in the austere/neoliberal city.

In conclusion, it was clear that the processes of privatization and securitization simultaneously shape the public space in order to make it more and more homogenous and dedicated to consumerism. It was proved that the securitization of urban spaces overcomes the traditional means of public security and that it can be effective even without being technologically advanced. It was observed that the dynamics of appropriation that result from these urban transformations do not respond to a linear logic, revealing themselves as complex and at times contradictory. Finally, this work situates itself in the perspective of the right to the city and aims to defend an inclusive public space, which is capable of welcoming the Other.

**Key words:** Urban regeneration, Urban space, Securitization, Privatization

## ***Índice***

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice	vi
Índice das figuras	ix
Glossário	x
1. Introdução	1
1.1. Where to Go	1
1.2. Termos da equação	2
1.3. Questão de partida e objetivos	3
1.4. Estrutura da tese	5
2. Revisão bibliográfica	7
2.1. Cidade austera	7
2.1.1. Destruição criativa	7
2.1.2. Turistificação e despejos	8
2.1.3. Cidades invisíveis	10
2.2. Espaço público	11
2.2.1. Esfera pública e alteridade radical	11
2.2.2. Dialética da janela partida	13
2.2.3. Espaço de transgressão	14
2.3. Urbanismo securitário	15
2.3.1. O cassetete e o boomerangue	15
2.3.2. Urbanismo contra a cidade	17
2.3.3. Cidades contestadas	19
3. Caso de estudo	22
3.1. Qualificar o espaço	22
3.2. História longa	23
3.2.1. O cerco de Lisboa	23
3.2.2. Modernidade urbana	24
3.3. Sombra é luz	25
3.3.1. Até agora, está tudo bem...	25
3.3.2. .... O que conta não é a queda é a aterragem	28

4. Metodologia	28
4.1. Métodos e metodologia	28
4.2. Metodologia reflexiva	28
4.2.1. Aproximar com Foucault	28
4.2.2. Posicionar-se com Haraway	29
4.2.3. Escrever com Rotbard	30
4.3. Métodos todo-o-terreno	31
4.3.1. Inquérito etnográfico	31
4.3.2. Espaço fechado e acesso difícil	32
4.3.3. Participante-observador/Observador-participante	33
4.3.4. De observador a ator	34
4.3.5. Notas finais	35
5. Apresentação dos dados	36
5.1. Introdução	36
5.2. Dispositivos de segurança	37
5.2.1. Campo de visão e iluminação pública	37
5.2.2. Esplanadas e guarda-sóis	39
5.2.3. Obra de arte	40
5.2.4. Festividade	41
5.2.5. Policiamento e fiscalização	42
5.3. Espacialização e apropriação do espaço	43
5.3.1. Um espaço em debate	43
5.3.2. A Rua dos Anjos	44
5.3.3. Ritmos e espacialidade	46
6. Discussão dos dados	48
6.1. Regeneração urbana e securitização	48
6.1.1. Securitização do espaço público	48
6.1.2. Política do guarda-sol	48
6.1.3. Espírito pioneiro e alta padrão	50
6.2. Inventar o Bairro Intendente?	52
6.2.1. O Bairro contra os outros	52
6.2.2. Encenação do espaço	53
6.2.3. Encruzilhada de mundos	55
6.3. Cidade branca/Cidade negra	56
6.3.1. Paradigma branco	56

6.3.2. Público heterogéneo	57
7. Conclusão	59
8. Bibliografia	62



## ***Índice das figuras***

Figura 1.	Mapa geral do Intendente em 2019	22
Figura 2.	Campo de visão e iluminação pública	38
Figura 3.	Esplanadas, privatização e ocupação do espaço	39
Figura 4.	Instalação artística permanente	40
Figura 5.	Programa do Bairro Intendente em Festa	41
Figura 6.	Fim da tarde na Rua dos Anjos	45
Figura 7.	Mapeamento das esplanadas e das funções dos prédios em 2015	49
Figura 8.	Mapeamento das esplanadas e das funções dos prédios em 2017	49
Figura 9.	Exemplos de vedações inamovíveis delimitando as esplanadas	50
Figura 10.	Palacete do Intendente Pina Manique e especulação imobiliária	51
Figura 11.	Infame Restaurante Bar Lounge	54

## ***Glossário***

BCE	Banco Central Europeu
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CPTED	Crime Prevention Through Environmental Design
DGAI	Direção-Geral da Administração Interna
DGOTDU	Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano
EGEAC	Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural
FMI	Fundo Monetário Internacional
GABIP Mouraria	Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritário da Mouraria
PDCM	Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria
Programa BIP/ZIP	Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa
QREN Mouraria	Quadro de Referência Estratégico Nacional Mouraria

# 1. Introdução

## 1.1. Where to Go

Em fevereiro 2016, na sua rubrica “Where to Go”, a edição online do mundialmente conhecido New York Times aconselhava os seus leitores a dirigirem-se para o Intendente, o lugar onde os “locals and in-the-know travelers head to” (Navarro 2016). O artigo articula-se à volta da narrativa seguinte de um “distrito histórico” de Lisboa que depois de uma “transformação drástica” (*dramatic turnover*) se tornou um lugar atrativo com “os seus *smart shops*, cafés e bares”; terminando-se com uma descrição dos que já estavam presentes na altura: A Vida Portuguesa, Largo Residências, Casa Independente, Retrox Vintage Shop e O das Joanas. Isto aponta sucintamente e inconscientemente várias questões que se encontrarão de forma mais detalhada no decurso da presente tese: (i) a dificuldade de qualificar o Largo do Intendente; (ii) o que significa uma transformação drástica e (iii) quais são as forças que lideram uma tal transformação. (i) O Largo do Intendente é um espaço público que, geralmente, é chamado de Intendente como se fosse uma personagem de romance. Este largo, qual é a diferença para com uma praça?, tirando o seu nome de um político do século XVIII, será que é também uma zona histórica, um bairro de Lisboa ou simplesmente uma estação de metro? (ii) Uma transformação drástica atrai implicitamente a atenção sobre o que era antes: como é que este espaço urbano escondido e estranho da cidade se tornou em poucos anos um lugar atraente e *trendy*. A expressão que o artigo utiliza, *dramatic turnover*, enfatiza o carácter intenso e emocional desta mudança de cara que o Intendente sofreu, afinal um espaço público não é só uma paisagem morta e impávida, um cenário, mas é também um lugar interpretado e experienciado por aqueles que o frequentam diariamente. (iii) Um espaço urbano não se altera sozinho nem naturalmente. Para entendermos este processo performativo, é preciso situá-lo num contexto maior: o das transformações urbanas que a cidade de Lisboa sofre atualmente e, a uma escala ainda maior, como se transformam as metrópoles a nível mundial.

Sentado numa das esplanadas que cobrem o largo, é difícil imaginar que, há menos de uma década, era considerado como um dos lugares mais degradados e perigosos do centro de Lisboa. O nome Intendente estava intimamente ligado a atividades ilegais como a prostituição, o tráfico de droga e os jogos clandestinos, atividades que, no entanto, não desapareceram, mas que já não o carregam tão negativamente. Antes pelo contrário, o Intendente tornou-se umas das zonas mais atrativas da cidade com o seu festival que celebra a multiculturalidade, o seu cenário arquitetural notável e os seus cafés e lojas *smart* como o afirma o artigo do New York

Times... São estas transformações que vão ser alvo de questionamento neste trabalho: Como o Largo do Intendente passou de ser um espaço inseguro, ou pelo menos considerado como tal, para um lugar agradável e aliciante, na moda e frequentado por turistas?

## 1.2. Termos da equação

O título deste trabalho apresenta-se como uma equação matemática composta de três termos distintos e é aqui lugar de explicitá-los brevemente. A expressão “regeneração urbana” será entendida na sua definição mais genérica e será intercambiável como reabilitação, revitalização ou requalificação urbana. Engloba uma série de políticas que têm como objetivo “dinamizar” partes desinvestidas e degradadas das cidades pós-industriais atraindo capitais internacionais e criando novas geografias urbanas. Harvey (2010:166) afirma que *“a produção do espaço em geral e, especificamente, a urbanização tornaram-se um grande negócio sob a égide do capitalismo”*<sup>1</sup>. Alterando a paisagem construída e o ambiente social, tornou-se o princípio do seu próprio desenvolvimento reforçando a cidade nas suas funções de lugar de consumo e consumo do lugar.

A palavra “securitização” é um neologismo tendo origem no inglês “securitization” que tem duas significações: uma no domínio económico e outra na filosofia política. Será usada neste trabalho na sua segunda aceitação, a menos comum, referindo-se a uma perceção aberta e alargada do que podia ser a segurança. Não se trata de ver as questões que levam a segurança como apenas um problema policial ou militar, mas como a construção e a qualificação de um objeto enquanto ameaça e dos meios necessários para neutralizá-la. Buzan, Wæver e Wilde (1998:23), os criadores desse conceito, declaram que se a *“[s]egurança” é o movimento que conduz a política além das regras estabelecidas do jogo, e enquadra essa questão como um tipo especial de política, ou como acima da política, [então] a [s]ecuritização pode então ser vista como uma versão mais extrema da politização*<sup>2</sup>. Nessa perspetiva, a securitização ultrapassa os limites tradicionais da segurança tornando-se uma maneira de proceder face a situações

---

<sup>1</sup> “The production of space in general and of urbanisation in particular has become big business under capitalism”. (Harvey 2010:166). (Para facilitar a leitura, todas as citações foram traduzidas pelo autor e encontram-se em língua original em notas de rodapé).

<sup>2</sup> ““Security” is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization”. (Buzan, Wæver & de Wilder 1998:23).

qualificadas como problemáticas ou perigosas. Será entendido como o conjunto de dispositivos e agentes mobilizados no âmbito de aumentar o sentimento de segurança num lugar específico.

A percepção da segurança é um objeto estranho porque subjetivo, ou seja, é *“[i]ndependente[mente] da existência de provas empíricas de correlação entre esta percepção e a objectiva realidade da dimensão e localização da prática criminosa”* (Machado e al. 2011:18)<sup>3</sup>. No entanto, o sentimento de insegurança e de vulnerabilidade, nem que seja confirmado por fatos concretos, afeta o indivíduo na maneira de usufruir o espaço público e de conviver com os outros. Este depende amplamente do contexto socioeconómico no qual o indivíduo evolui e o grau de violência perante o qual está confrontado no seu dia-a-dia. Um morador de Lisboa sentirá provavelmente mais medo num beco escuro coberto de grafitis que um habitante de uma favela carioca ouvindo um tiroteio... A política de segurança pública, afirma o folheto (Machado e al. 2011), aspira a ser uma questão coletiva e proporciona respostas holísticas nas quais o desenvolvimento urbano tem um papel preponderante. Virada do avesso, significa que cada projeto de regeneração urbana tem uma vertente ligada à segurança, ou securitária.

A noção de espaço público tem várias definições que vão ser debatidas substancialmente na revisão bibliográfica. Para já, são todos os lugares que não solicitam autorização para serem acedidos: rua, jardins públicos, praça, alguns prédios públicos, internet, etc. (Low e Smith 2006; Mitchell 2003). É o lugar preferencial em que algo como o espaço físico e como o espaço social se encontram e encaixam. É sujeito, por definição, a processos de apropriação e de ocupação, o que o torna fascinante.

### **1.3. Questão de partida e objetivos**

A questão de partida em torno da qual todo este trabalho se vai articular é a seguinte: Em que medida a securitização do espaço público, que ocorreu durante a regeneração urbana do Largo do Intendente, alterou ou produziu dinâmicas de apropriação do território?

Nessa perspetiva, o espaço público, o Largo do Intendente, é muito mais do que o simples contexto em que políticas urbanas, tal e qual, de securitização e de regeneração, são

---

<sup>3</sup> Este folheto, “Segurança pública e desenvolvimento urbano”, foi editado em 2011 pela Direção-Geral da Administração Interna e a Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano no quadro da Política da Cidade Polis XXI. Esta publicação coincide com o lançamento do projeto de regeneração urbana que afetou o Largo do Intendente (2010) e onde se encontram as grandes linhas das políticas de segurança pública e de desenvolvimento urbano postas em vigor em Portugal desde 2007.

implementadas. O espaço público é o lugar essencial da democracia onde os seres humanos enquanto sujeitos políticos, podem – ainda – encontrar-se e associar-se, debater e discutir o futuro da polis (visão do antigo fórum grego). Esta tipologia de lugar está em vias de extinção ameaçada por vários géneros de processos nos quais surgem principalmente a privatização e a securitização (Low e Smith 2006; Mitchell 2003). É através do prisma da segurança que vão ser observadas as alterações substanciais afetando o espaço público e a partir do qual se pretende construir um discurso crítico.

Estudar isto em Lisboa é particularmente interessante porque Portugal constitui um dos últimos países de Europa com um governo social-democrata e aparece como beneficiando de uma atmosfera política pacífica (isento de estado de emergência, tolerante com o consumo de drogas, com partidos populistas e xenófobos fracos, quase sem videovigilância, etc.). As relações entre segurança e desenvolvimento urbano são sem exceção estudadas em metrópoles altamente segregadas e militarizadas (Mike Davis (2006a [1990], 2006b [1992], 2007) em Los Angeles ou Dubai, David Harvey (2012 [2005]) na Paris do Barão Haussmann, os arquitetos israelitas Sharon Rotbard (2015) e Eyal Weizmann (2007) respetivamente em Telavive e Jerusalém, Derek Gregory (2004) na Palestina, Afeganistão e Iraque, Stephen Graham (2012 [2010])). Como é que num contexto que parece tão pacífico, um processo de securitização pode ser desenvolvido no espaço público? Com que outras dinâmicas urbanas entra em consonância? Quais são os dispositivos e os recursos mobilizados de propósito neste âmbito? Houve movimentos de resiliência, de apropriação deste espaço renovado e “securitizado”?

O espaço público é por essência o da visibilidade social: visibilidade do lugar em si próprio e visibilidade de práticas e grupos sociais (Rodrigues 2014; Veiga Gomes 2015, 2016). Um olhar particular será dado às dinâmicas de ocupação e de apropriação do espaço que permaneceram às transformações drásticas que o Largo do Intendente sofreu e àquelas que apareceram através destas transformações. Na prática, é também o lugar da partilha e da conflitualidade, conflitualidade que, como afirma Stevens (2017), não deve ser vista negativamente, mas é muitas vezes fonte de criatividade e de imaginários.

Mas, pragmaticamente, os objetivos que este trabalho de pesquisa pretende cumprir organizam-se em dois eixos distintos e complementares:

1. Analisar os dispositivos e os recursos mobilizados no processo de securitização do espaço público. Entender como entram em consonância com as dinâmicas de privatização e de turistificação que afetam a cidade. Categorizá-los e, se for possível, catalogá-los.

2. Observar e descrever as dinâmicas de ocupação e de apropriação do espaço público. Descrever aquelas que permaneceram e aquelas que apareceram através do processo de regeneração urbana e, mais especificamente, da securitização.

#### **1.4. Estrutura da dissertação**

O capítulo dois será dedicado à revisão bibliográfica, compilando todas as leituras, artigos e fontes que foram utilizados na construção deste trabalho. Será organizado em três partes que, da mais ampla à mais detalhada, descreverão dinâmicas que estão em obra na cidade de Lisboa e mais particularmente no Largo do Intendente. A primeira preocupava-se em olhar para o que podia ser uma cidade austera no turno neoliberal, a segunda para as alterações que sofre o espaço público na cidade pós-industrial e a terceira para a relação entre segurança pública e desenvolvimento urbano, propondo o conceito de urbanismo securitário.

O capítulo três balizará o caso de estudo deste trabalho no tempo e no espaço maiores da cidade de Lisboa. Em primeiro lugar, será efetuado um corte na geografia urbana desta cidade permitindo determinar em detalhes a parte daquela a ser tratada. Em segundo lugar, uma narrativa do Largo do Intendente será relatada, no decurso de um tempo longo, através dos processos geohistóricos que o constituíram e o constituem ainda hoje. Uma atenção particular será dada à visibilidade do lugar em si próprio no contexto de Lisboa e em particular no seu mapa.

O capítulo quatro abordará a metodologia que foi utilizada no decorrer deste trabalho de pesquisa. Desenvolver-se-á em primeiro lugar uma reflexão teórica sobre a posição do pesquisador face ao seu objeto de estudo e sobre os recursos adequados para cumprir os seus objetivos. Em segundo lugar, as ferramentas desenvolvidas no decorrer da realização desta dissertação serão descritas pormenorizadamente. As duas fontes principais em que se baseia são um trabalho qualitativo efetuado no terreno de estudo e a compilação dos artigos e da documentação sobre o assunto.

O capítulo cinco visará apresentar os dados que foram recolhidos ao longo da pesquisa, tanto no terreno como na documentação. Será dividido em duas partes: a primeira tratará de mostrar os dispositivos e os recursos que foram desenvolvidos através do processo de securitização do Largo do Intendente; a segunda tratará de transcrever as dinâmicas de apropriação do espaço que permaneceram e se alteraram durante aquele processo. Será questão de criticar o imaginário preto e branco que lhe é associado através de duas perspetivas:

(i) dos debates da Ágora que ali se realizaram e (ii) do que se passa na Rua dos Anjos. Uma última parte discutirá os ritmos que atravessam o espaço e a espacialização dos processos que ali ocorrem, e que o produzem em retorno.

O Capítulo Seis centrar-se-á na investigação dos diferentes processos observados e no destaque de alguns destes elementos, utilizando o corpus teórico compilado na revisão da literatura. A primeira parte irá discutir em detalhe as medidas tomadas pela securitização do espaço público, e colocá-las-á em perspetiva com a transformação da Zona de Manejo. A segunda parte centrar-se-á na encenação do próprio espaço e de algumas das suas características, a fim de construir a imagem de um bairro Intendente dinâmico e homogéneo. A última parte focalizará a dicotomia entre a cidade branca e a cidade negra, opondo a homogeneidade do espaço renovado à heterogeneidade do público que a frequenta.



## 2. Revisão bibliográfica

### 2.1. Cidade austera

#### 2.1.1. Destruição criativa

O intuito da cidade austera surgiu da leitura de Chabrol e al. (2016), que propõem que se o Dubai é o modelo-tipo do urbanismo pós-moderno, Atenas e Lisboa deveriam ser os do urbanismo da austeridade. Esta narrativa desenrola-se num contexto globalizado da viragem neoliberal iniciada nos anos 1970 e, mais recentemente, da crise económica mundial de 2007-2008. É interessante lembrar-se que as raízes de uma das maiores crises do capitalismo se encontram no sistema de crédito em uso no mercado imobiliário norte-americano (Harvey 2010). Numa perspetiva histórica, os projetos de reestruturação espacial, quer sejam urbanos ou não, foram sempre aplicados como um tipo de tratamento a uma economia capitalista supostamente doente. Estes captam e absorvem grandes quantidades de capital de trabalho e financeiro desenvolvendo no decurso deste processo instrumentos inovadores nos setores bancários e administrativos. Durante estas épocas de recessão, geralmente associadas a distúrbios sociais e políticos, têm o papel de fortalecer o regime em exercício demonstrando a sua capacidade de ação sobre o território e reforçando o enquadramento cultural-moral no qual se baseia. As transformações espaciais lançadas pelo Barão Haussmann no século XIX em Paris e de Robert Moses no século seguinte em Nova Iorque podem ser qualificadas de sintomáticas deste uso “medical” do desenvolvimento urbano. São também sintomáticas dos limites deste tipo de tratamento porque não impediram novas crises do capital nem os poderes políticos da sua queda (Harvey 2010, 2012 [2005], 2014 [2007]).

“Destruição criativa” é o conceito que cobre esta tipologia de projetos proporcionando a reestruturação do tecido urbano porque exigem destruições impressionantes para se materializarem. Não se trata só de deitar abaixo prédios ou até bairros inteiros, mas também de desfazer a malha socioeconómica para dar lugar a formas novas de experienciar e consumir a cidade. Estas geografias urbanas nascem da necessidade do capital sefixar num território e de transformá-lo para produzir novas fontes de benefícios.

Em 2011, o governo português estava à beira da falência e aceitou a oferta da Troika, o conjunto de FMI, BCE e Comissão Europeia, ou seja, um empréstimo substancial em troca de reformas estruturais. Estas reformas de inspiração neoliberal tiveram uma incidência dura sobre a economia portuguesa e, conseqüentemente, sobre inúmeros aspetos da vida dos portugueses.

Lisboa, enquanto capital e área metropolitana maior do país, não foi poupada deste movimento do qual se destacam duas políticas que a transformaram fundamentalmente: a promoção do turismo de massa e a facilitação dos investimentos internacionais (Estevens 2017; Mendes 2017).

Estas mesmas duas políticas aplicam-se a domínios económicos diferentes, têm efeitos complementares e reforçam-se uma à outra: (i) um turista, abstratamente, pode ser apreciado como um tipo de investimento direto e (ii) o capital internacional foi em parte mobilizado na criação de infraestruturas turísticas. A inauguração do novo terminal de cruzeiros em 2017 é um bom exemplo desta política de grandes estaleiros misturando interesses públicos e privados. A praça do Martim Moniz sofreu o mesmo tipo de destino mandatando a sua gestão a uma empresa privada em 2014 e que agora pretende implementar contentores como comércio étnico (Estevens 2017; Rodrigues 2014). Na prática, a política de desenvolvimento urbano de Lisboa está largamente ligada ao desempenho do setor turístico e, como destaca Mendes (2017), foi iniciada antes da crise ocorrer e intensificou-se a partir dela.

É importante focarmo-nos um instante no conteúdo das leis que mudaram em profundidade o mercado imobiliário empurrando mais e mais moradores do centro de Lisboa para periferias longínquas. Quatro tipos de reformas foram adotadas no decurso destes últimos anos: (i) introdução do setor privado na reabilitação urbana, (ii) simplificação da alteração da função de um prédio, (iii) incentivo aos investimentos estrangeiros neste setor e (iv) transformação da relação inquilino-proprietário com vantagem do proprietário. As leis mais emblemáticas são o Novo Regime de Arrendamento Urbano em 2012, a simplificação da Lei do Alojamento Local em 2014, os regimes fiscais favoráveis para os Residentes Não Habituais desde 2009, o programa *Golden Visa* em 2014 e “*o regime excepcional e temporário da reabilitação urbana de 2014*” (Mendes 2017:493).

### **2.1.2. Turistificação e despejos**

Os fenómenos urbanos que são usualmente qualificados de gentrificação representam uma variedade de dinâmicas entre as quais, por vezes, é difícil de entender o ponto comum dependendo altamente dos contextos nos quais se desenvolveram. Pesquisadores provenientes de vários domínios de conhecimento abordaram-nos elaborando ao longo do tempo ferramentas e perspetivas distintas e, geralmente, complementares, articulando-se, grosso modo, à volta ou de um eixo económico ou de um eixo sociocultural. No entanto, a resultante de todos estes fenómenos é a substituição de uma população pobre por uma população mais

abastada e integrada, desencadeando a expulsão direta ou indireta da primeira (Chabrol e al. 2016; Cocola-Gant 2018).

Cocola-Gant (2018) expõe que há três tipos de deslocação provocada por fenómenos de gentrificação: (i) a deslocação da população residente, (ii) a do negócio local e (iii) dos “lugares de base local” (place-based). (i) A deslocação da população residente não se resume ao aumento mecânico do aluguer, mas abrange outros fatores por vezes invisíveis e sensíveis: o desmembramento das relações de vizinhança, a perda dos lugares de sociabilização, os incómodos devidos a novas funções do bairro (turismo ou festas), etc. (ii) O desperdício dos comércios locais é também um fator importante para entender as dinâmicas de gentrificação e os movimentos de população provocados. A substituição de um tecido económico tradicional por um mais rentável e chamativo não se explica só pela resposta a uma procura existente, mas também pela atração de uma população com mais poder de compra num bairro ainda considerado como degradado ou inseguro. (iii) Os “lugares de base local” são todos os sítios de sociabilização que por vezes saem das lógicas económicas do mercado como em Lisboa a multidão, cada vez menor, de associações, clubes desportivos e comunidades.

A turistificação é a gentrificação causada principalmente por esta população flutuante que são os turistas e outras pessoas de passagem (congressistas, estudantes Erasmus, etc. (Malet-Calvo 2018)). Nas economias centrais, a indústria turística intensifica os processos de gentrificação porque os turistas enquanto consumidores e a classe média residente procuram o mesmo tipo de lugares e bens de consumo, embora não sejam o grupo mais relevante. Nas economias periféricas ou semiperiféricas, a classe média fica em falta ou pouco numerosa, sendo substituída no seu papel transformador pelos interesses do setor turístico. Consequentemente, este assume uma importância crescente na economia e no desenvolvimento urbanos, intrometendo interesses privados e instituições públicas (Cocola-Gant 2018). Prosaicamente, a turistificação resume-se à implementação de um sistema de concorrência pelo acesso a cidade entre uma população residente fragmentada pela crise e habitando bairros degradados e uma população visitante com um poder de compra superior que lhes proporciona consumir a cidade. Os empregos produzidos frequentemente são altamente flexíveis e sem perspetiva, oferecendo salários abaixo da média que não compensam o aumento do custo da vida (Estevens 2017; Mendes 2017).

### 2.1.3. Cidades invisíveis

A cidade pós-industrial que seja austera ou neoliberal possui um território altamente fragmentado e despedaçado, característica que se acompanha com processos de marginalização e de segregação dos seus habitantes. *“Emerge uma cidade feita de pedaços, marcada pela existência de enclaves territoriais que se cruzam e que dão lugar a novas formas de viver a cidade e a novas interações sociais”* (Estevens 2017:44). O dismantelamento do estado social e o regresso do trabalho industrial criam um clima favorável ao crescimento de formas de sobrevivências informais que assumem, por vezes, o aspeto de redes criminosas e violentas. A reação do estado neoliberal caracteriza-se por campanhas mediáticas inflamadas, políticas de “tolerância zero” e de encarceramento maciço, como o notam Davis (2006a [1990], 2006b [1992]) e Wacquant (2004).

Wacquant, Slater e Pereira (2014) afirmam que a partir da época pós-industrial o estigma que marca estas populações se baseia num critério espacial e não como antes, socioeconómico. Os autores apresentam quatro razões para tal situação: (i) a criação de uma etiqueta genérica de “bairro problemático” parcialmente autonomizada de critérios étnicos, morais ou classistas, (ii) a ampla difusão de uma representação negativa e sulfurosa destes territórios no imaginário coletivo, (iii) a exibição da sua imagem de “contra mundo” e de “contra sociedade” devido à desintegração da classe operária e (iv) a racialização dos seus habitantes através de processos de projeção fictícia e de acentuação seletiva, exagerando incidência de fatores religiosos ou culturais. A perceção destas margens urbanas inscreve-se na dicotomia maniqueísta da cidade negra, exuberante e animal, ameaçando a homogeneidade e a prosperidade da cidade branca (Davis 2006a [1990], 2006b [1992]; Estevens 2017; Fanon 2004 [1961]; Roßbard 2015).

A noção de “cidades invisíveis” (Guterres e De Sousa 2018) proporciona a hipótese de perceber o que acontece nestes bairros estigmatizados numa perspetiva positiva. Uma cidade invisível é um território sobre o qual a administração tem poucas informações estatísticas ou informações erradas porque a sobrevivência dos seus moradores se baseia em atividades informais (autoconstrução, trabalho a negro, falta de documentos, etc.). Visto a partir das práticas quotidianas dos seus habitantes, estas atividades aparecem como uma complexa rede de assistência mutual e de resistência coletiva perante uma situação que, por vezes, assume a forma de um *“Estado de emergência policial”* (Guterres e De Sousa 2018:23). Entre 1998 e 2000, António Guterres realizou o recenseamento dos prédios da zona do Intendente, porção da cidade estigmatizada e praticamente invisíveis aos olhos da Câmara Municipal (Veiga Gomes

2015). De facto, não é impossível pensar que esta noção de cidade invisível lhe tem sido inspirada durante este trabalho, o que aumenta o seu interesse na presente dissertação.

## **2.2. Espaço público**

### **2.2.1. Esfera pública e alteridade radical**

A expressão espaço público é relativamente recente na literatura especializada, surgindo por volta dos anos 1990. Não obstante, esteve no seio de um debate filosófico fértil e intenso que decorreu durante a segunda metade do século XX (Delgado 2016 [2011]). Arendt (1988 [1958]), após a Segunda Guerra mundial, fez da preservação da esfera pública a condição *sine qua non* da permanência de um regime livre e democrático. No entanto, o pensador da noção de “público” por excelência foi Jürgen Habermas, que construiu a partir do final dos anos 1960 uma teoria política-moral em torno deste conceito. No decurso do Iluminismo, apareceu um lugar inédito, a esfera pública, que encadeia Estado moderno e economia de mercado, concomitante à subida da classe burguesa e ao desenvolvimento da imprensa. Por consequência, origina o público enquanto a multidão de indivíduos privados e razoáveis os quais, discutindo através do mecanismo da opinião pública, conseguem tomar o seu destino nas suas mãos (Habermas 1991 [1962]). A noção habermasiana de público levanta um esquema de valores universalistas e normativas de origem burguesa que trabalha na sua uniformização e na sua homogeneização. Ademais, a esfera pública na qual o público surge não pode materializar-se porque as suas condições são concretamente irrealizáveis relegando-a ser um espaço abstrato e a-espacial (Fraser e Nash 2014; Low e Smith 2006; Mitchell 2003). Apesar das críticas que lhe são lançadas, o conceito habermasiano remanesce o pensamento dominante na elaboração dos espaços públicos que aparecem como uma matriz formando um tipo de cidadão-modelo rejeitando os refratários (Delgado 2016 [2011]).

Sennett (1979 [1977], 2002 [1994]), escrevendo sobre o declínio do homem público, propõe que a cidade seja “*um meio humano no qual os desconhecidos se encontram*” (1979 [1997]:42), abrindo caminho para conceber o que podia ser o outro. Em metrópoles multiculturais nas quais milhares de seres humanos sem referência se cruzam diariamente, surge a necessidade também não de elaborar as condições de um público homogéneo, mas a hipótese de uma alteridade radical. Entre tantos outros escritores, Emmanuel Levinas e Maurice Blanchot são provavelmente os dois que se debruçaram mais sobre esta noção, sobre a qual não possuímos espaço aqui para dissertar. No entanto, dar-lhe-emos voz por um instante.

*“De uma maneira geral, quase todas as filosofias ocidentais são filosofias do Mesmo, e, quando elas se inquietam com o Outro, não deixa de ser com um outro eu-mesmo, tendo comigo, na melhor das hipóteses, igualdade e que procura ser reconhecido por mim como Eu (assim como eu por ele), numa luta que ora é luta violenta, ora é violência acalmando-se no discurso. (...) Mas através do ensinamento de Levinas, é a uma experiência radical que somos conduzidos. Outrem, é completamente Outro ; o outro é aquilo que me ultrapassa completamente ; a relação com o outro que é outrem é uma relação transcendente, o que quer dizer que existe uma distância infinita e, de alguma maneira, inultrapassável entre mim e o outro, aquele que pertence à outra margem, que não tem comigo uma pátria comum e que não pode de maneira alguma estar comigo num mesmo conceito, num mesmo grupo, compor um todo ou constituir conjunto com o indivíduo que eu sou<sup>4</sup>” (Blanchot 1969:74).*

Imaginar o que podia ser uma alteridade radical proporciona espaços públicos nos quais a conflitualidade inerente às sociedades capitalistas se exprimiria sem ser implacavelmente pacificada (Delgado 2016 [2011]; Stavrides 2016). Davis (2006a [1990], 2006b [1992]) Low e Smith (2006) e Mitchell (2003) alertam-nos para os perigos que ameaçam o espaço público de extinção numa atmosfera de paranoia securitária e de privatização ao extremo. *“A produção de espaço público – os meios através dos quais o grito e a reivindicação pelo direito à cidade se torna possível – é então sempre uma dialética entre “o fim do espaço público” e o seu começo”*<sup>5</sup> (Mitchell 2003:35–36).

---

<sup>4</sup> “D’une manière générale, presque toutes les philosophies occidentales sont des philosophies du Même, et quand elles se soucient de l’Autre, ce n’est encore que comme d’un autre moi-même, ayant, au mieux, égalité avec moi et qui cherche à être reconnu de moi comme Moi (ainsi que moi de lui), dans une lutte qui est tantôt lutte violente, tantôt violence s’apaisant en discours. Mais, par l’enseignement de Levinas, c’est devant une expérience radicale que nous sommes conduits. Autrui, c’est le tout Autre; l’autre, c’est ce qui me dépasse absolument; la relation avec l’autre qu’est autrui est une relation transcendente, ce qui veut dire qu’il y a une distance infinie et, en un sens, infranchissable entre moi et l’autre, lequel appartient à l’autre rive, n’a pas avec moi de patrie commune et ne peut, en aucune façon, prendre rang dans un même concept, un même ensemble, constituer un tout ou faire nombre avec l’individu que je suis” (Blanchot 1969:74).

<sup>5</sup> “The production of public space – the means through which the cry and demand of the right to the city is made possible – is thus always a dialectic between the “end of public space” and its beginning” (Mitchell, 2003: 35|36).

### 2.2.2. Dialética da janela partida

Na teoria, o espaço público caracteriza-se pela sua acessibilidade e pela sua publicidade, ao contrário do espaço sobre o qual o acesso permanece restrito e limitado a algumas condições. Na prática, não forma uma categoria homogênea porque o seu caráter público se submete a regras por vezes tácitas, sancionando os comportamentos individuais ou coletivos, a utilização e o controlo do espaço. *“Atualmente é impossível conceber um espaço público fora da generalização social do espaço privado e do seu completo desenvolvimento como um produto do capitalismo moderno”*<sup>6</sup> (Low e Smith 2006:4), resultando em situações antinómicas nas quais o centro comercial enquanto fetiche da mercadoria aparece como o último lugar de sociabilização e espaço supostamente público.

Mitchell (2003) destaca a dialética essencial que se situa em todos os processos de produção e de regeneração do espaço público. Narrando a história do *People’s Park* em Berkeley, salienta como os marginais e estudantes que o frequentavam foram expulsos *manu militari* ao nome da publicidade do espaço. Campanhas mediáticas problematizaram a presença desta população estigmatizada utilizando a metáfora da janela partida, que supõe que um espaço degradado atrai atividades ilegais e comportamentos violentos. Esta teoria transfere a responsabilidade da degradação de um espaço público do desinvestimento do estado para o suposto mau uso dos seus utilizadores. O conjunto público-privado que promovia o projeto afirmou que era necessário esvaziar o jardim e privatizar parcialmente a sua gestão no âmbito de permitir aos cidadãos lambda aproveitarem-no. Destaca-se nesta narrativa a questão central dos destinatários de um tal tipo de projeto de regeneração urbana: um público homogêneo de cidadãos-consumidores ou a multidão das pessoas que nele investe?

Historicamente, os primeiros espaços públicos já eram carregados de um papel sanitário e especulativo: retângulos vazios desenhados através da confusão da cidade medieval autorizando a construção ordenada de hotéis particulares (Delgado 2016 [2011]; Harvey 2012 [2005]; Sennett 1979 [1977]). Delgado (2016 [2011]) destaca especificamente o seu papel pedagógico na construção de um povo de cidadãos-militares durante a época moderna, após um povo de cidadãos-consumidores. Por consequências, esta missão transcendental rejeita nas margens os refratários voluntários e os que não são elegíveis para este estatuto político. *“O civismo e a cidadania atribuem à vigilância e às ações policiais a tarefa de obter o que as invocações rituais – campanhas publicitárias, educação de valores, festas “cívicas” – não*

---

<sup>6</sup> “It is impossible to conceive of public space today outside the social generalization of private space and its full development as a product of modern capitalism” (Low & Smith, 2006: 4).

*conseguem fazer: disciplinar este espaço exterior urbano, do qual não conseguiram apenas excluir as manifestações de desafetação ou de ingovernabilidade, mas onde não conseguem sequer abafar o escândalo de uma dualização social crescente*<sup>7</sup> (Delgado 2016 [2011]:48).

### 2.2.3. Espaço de transgressão

A esta conceção transcendental do espaço público opõe-se uma percepção imanente isenta do esquema de valor moral que o acompanha. Com efeito, aqueles que habitam a cidade não esperaram que fenómenos modernos como o estado ou o capital lhes oferecessem produzir espaços de sociabilidade. Parafraseando Cuyvers (2018), um arquiteto belga, propõe uma definição contraintuitiva do que é o espaço público: é o espaço da transgressão das normas da sociedade. É um espaço sem controlo e sem valor económico onde aqueles que estão em necessidade vão e se encontram. *“Pessoas de diferentes idades, raças ou culturas, pessoas com necessidades muito diferentes parecem procurar os mesmos espaços públicos. Aqueles que estão de maneiras diferentes em necessidade parecem ler o espaço de uma maneira praticamente idêntica. A criança e o velhote, o toxicómano e os aqueles que procuram um contato sexual não tolerado pela sociedade servem-se do espaço público da mesma forma. Leem o espaço da mesma forma: apenas ao lado do estacionamento da autoestrada, apenas atrás um ecrã de arbustos. Aqueles que estão em necessidade, que aceitam as suas necessidades, leem o lugar, o espaço da mesma forma*<sup>8</sup>” (Cuyvers 2018:211–12).

Partilhar esta leitura do espaço é já partilhar um tipo de linguagem comum, acrescenta Cuyvers (2018). De facto, ele parte do ponto em que todos aqueles que frequentem o espaço público são em certa medida impotentes e vulneráveis, invalidando a hipótese de um espaço (perfeitamente) seguro. Lê-lo a partir das necessidades exprimidas obriga à compreensão do espaço público pelo que ele é (imanência) e não pelo que ele deve ser (transcendência). De

---

<sup>7</sup> « Le civisme et la citoyenneté assignent à la vigilance et aux actions policières la tâche d’obtenir ce que leurs invocations rituelles – campagnes publicitaires, éducation aux valeurs, fêtes « civiques » - ne parviennent pas à faire : discipliner cet espace extérieur urbain, dont non seulement on n’a pu exclure les manifestations de désaffection ou d’ingouvernabilité, mais dans lequel on n’est même pas parvenu à étouffer le scandale d’une dualisation sociale croissante » (Delgado 2016:48).

<sup>8</sup> « Des gens de différents âges, races ou cultures, des gens avec des besoins très différents semblent chercher les mêmes espaces publics. Ceux qui sont de manières différentes dans le besoin semblent lire l’espace d’une manière pratiquement identique. L’enfant et le vieillard, le toxicomane et ceux qui cherchent un contact sexuel non toléré par la société se servent de l’espace public de la même façon. Ils lisent l’espace de la même manière : juste à côté du parking de l’autoroute, juste derrière un écran de buissons. Ceux qui sont dans le besoin, ceux qui acceptent leurs besoins lisent l’endroit, lisent l’espace de la même manière » (Cuyvers 2013:211-212).



facto, o espaço público é supostamente nas democracias liberais o lugar por essência no qual a conflitualidade inerente às sociedades capitalistas se exprime. Por consequência, as políticas de vigilância implementadas em territórios urbanos altamente fragmentados e estigmatizados para neutralizar as contradições sociais não as solucionam. *“Geralmente, os conflitos têm sido vistos como perigosos, corrosivos, e potencialmente destrutivos da ordem social e, portanto, precisando ser contidos e resolvidos. (...) Existem crescentes evidências, no entanto, que conflitos sociais produzem eles mesmos as ligações valiosas que mantêm as sociedades democráticas modernas juntas e que lhes proporcionam a força e a coesão que precisam; estes conflitos sociais são os verdadeiros pilares da sociedade democrática”*<sup>9</sup> (Flyvbjerg 2001:108). A primeira perspectiva baseia-se em teorias normativas e universalistas, tal como as de Habermas, enquanto a segunda funde-se num saber situado e contextualizado que não se extrai das relações de poder presentes. Flyvbjerg atualiza esta abordagem foucaultiana que tem origens nas filosofias de Aristóteles, Maquiavel e Nietzsche e nas quais o presente trabalho pretende inscrever-se.

## **2.3. Urbanismo securitário**

### **2.3.1. O cassetete e o boomerangue**

Corpo de polícia e espaço público têm um destino cruzado surgindo ambos durante um século XVIII marcado por uma modernidade conquistadora. Necessário ao desenvolvimento do estado moderno e da economia de mercado, o espaço público revela-se simultaneamente um foco de distúrbios políticos que precisava de ser estreitamente vigiado. Em Portugal, a nomeação do primeiro Intendente Geral da Polícia, o Intendente de Pina Manique que dará o seu nome ao largo que estamos a estudar, intervém em 1760. Ao mesmo tempo, Lisboa estava a ser reconstruída com base num planeamento ortogonal de ruas largas e de praças amplas, ou seja, os primeiros espaços públicos dignos deste nome (Lousada 1998). Nessa época, o papel da polícia não era repressivo, mas de inteligência e de vigilância – será preciso esperar até ao século XIX para ver os primeiros agentes em uniforme e o século seguinte para serem sistematicamente armados (Wood e Rigouste 2015).

---

<sup>9</sup> “Generally, conflicts have been viewed as dangerous, corrosive, and potentially destructive of social order and therefore in need of being contained and resolved. (...) There is mounting evidence, however, that social conflicts themselves produce the valuable ties that hold modern democratic societies together and provide them with the strength and cohesion they need; that social conflicts are the true pillars of democratic society” (Flyvbjerg 2001:108).

O surgimento da polícia enquanto corpo constituído resulta tanto da necessidade de proteger a extração do capital como de instituir a autoridade do estado perante populações nem sempre cooperantes. Nos territórios ultramarinos, este papel duplo da polícia esclarece-se da seguinte forma: erigir uma ordem social baseada numa hierarquia racial para defender os interesses económicos da metrópole, e vice-versa (Graham 2012 [2010]; Hippler 2014; Rigouste 2012; Wood e Rigouste 2015). Rigouste (2012) afirma que a herança colonial é significativa nas estratégias atuais de manutenção da ordem, sustentando um tipo de “segregação endocolonial”. *“Na verdade, a projeção de tropos coloniais e modelos securitários nas metrópoles pós-coloniais no centro capitalista é abastecida por um novo “inner city Orientalism”*”<sup>10</sup> (Graham 2012 [2010]:3).

Em 1976, Michel Foucault dá um ciclo de aulas abertas, *Il faut défendre la société*, no decurso das quais pronuncia o seguinte: *“Nunca devemos esquecer que a colonização, com as suas técnicas e as suas armas políticas e jurídicas, transportou sem dúvida modelos europeus para outros continentes, mas teve também numerosos efeitos de retorno sobre os mecanismos de poder no Ocidente e sobre as suas aparelhagens, instituições e técnicas. Há toda uma série de modelos coloniais que foram trazidos para o Ocidente, e que fizeram com que o Ocidente conseguisse também praticar sobre si próprio algo como uma colonização, um colonialismo interno*”<sup>11</sup> (Foucault 1997 [1976]:89). Este efeito de retorno que Graham qualifica de “Boomerangue de Foucault” atualiza este *“processo com dois sentidos no fluxo de ideias, técnicas e práticas de poder entre os centros metropolitanos do poder colonial e os espaços das periferias colonizadas*”<sup>12</sup> (Graham 2012 [2010]:1).

Hippler (2014) explica como a partir de um esquema herdado da época colonial a distinção implícita entre (i) população e (ii) população opera ainda atualmente legitimando a violência do estado contra esta mesma população. (i) A população é no mínimo a soma estatística dos indivíduos que compõe a Nação e no máximo o povo enquanto sujeito político do qual o estado retira o seu poder de ação. (ii) A população é, pelo contrário, a multidão

---

<sup>10</sup> “Indeed, the projection of colonial tropes and security exemplars into postcolonial metropolises in capitalist heartlands is fueled by a new “inner city Orientalism”” (Graham 2012:3).

<sup>11</sup> « Il ne faut jamais oublier que la colonisation, avec ses techniques et ses armes politiques et juridiques, a bien sûr transporté des modèles européens sur d’autres continents, mais qu’elle a eu aussi de nombreux effets de retour sur les mécanismes de pouvoir en Occident, sur les appareils, institutions et techniques de pouvoir. Il y a eu toute une série de modèles coloniaux qui ont été rapportés en Occident, et qui a fait que l’Occident a pu pratiquer aussi sur lui-même quelque chose comme une colonisation, un colonialisme interne » (Foucault 1997:89).

<sup>12</sup> “(...) a two-way process in the flow of ideas, techniques and practices of power between metropolitan heartlands of colonial powers and the spaces of colonized peripheries” (Graham 2013:1)

ingovernável ameaçando permanentemente a estabilidade do regime político que, quando se manifesta, requer uma resposta repressiva e violenta. Esta dialética que trabalha do interior a construção do Estado-Nação atualiza-se na estigmatização de espaços urbanos, aparecendo como um tipo de ameaça ou de mancha num território nacional supostamente homogêneo (Wacquant e al. 2014).

### 2.3.2. Urbanização contra a cidade

Benjamin (2015 [1939]), e no seguimento Harvey (2012 [2005]), escreve como a modernização de Paris iniciada pelo Barão Haussmann não era conduzida por uma visão estética do urbano, mas por uma paranoia securitária da cidade. Este plano de urbanização qualificado de “embelezamento estratégico” aspirava à ereção “de um monumento à glória do despotismo napoleónico”. *“Os templos do poder espiritual e secular da Burguesia deviam encontrar a sua apoteose no quadro do encadeamento das ruas”*<sup>13</sup> (Benjamin 2015 [1939]:40).

Este urbanismo estratégico era planeado nos seus pormenores contrarrevolucionários: quando era preciso, as belas perspetivas tornavam-se ótimos ângulos de tiro, a ereção de barricadas era quase impossível devido à largura dos *boulevards* e a rede de estradas facilitava os movimentos da tropa. *“Com toda a certeza, os boulevards foram utilizados em todo lugar para penetrar e então colonizar territórios hostis numa tentativa generalizada de criar espaços subservientes ao Imperio em termos ambos militares e político-economicos. E se os boulevards não podiam penetrar nas zonas hostis, pelos menos podiam cercá-las”*<sup>14</sup> (Low e Smith 2006:30). Esta política urbana era virada contra a população parisiense, compreendida como uma ameaça potente, e que se levantará num dos episódios revolucionários mais emblemáticos: a Comuna. *“O incêndio de Paris é o digno desfecho da obra de destruição do barão Haussmann”*<sup>15</sup>, concluíra Benjamin (2015 [1939]:43) em 1939.

O panótico é um objeto arquitetural que desempenha o seu único papel de realizar a sua função disciplinaria e de vigilância. Graças a mecanismos de observação, opera-se um fenómeno de internalização da coerção, sendo que aparelhagens de poder são invisíveis.

---

<sup>13</sup> « Les temples du pouvoir spirituel et séculier de la Bourgeoisie devaient trouver leur apothéose dans le cadre des enfilades de rues » (Benjamin 2003:40).

<sup>14</sup> “To be sure, the boulevards were everywhere used to penetrate and then colonize unfriendly territory in a generalized attempt to create spaces subservient to empire in both military and political economic terms. And if the boulevards could not penetrate unfriendly zones, then at least they could surround them” (Low and Smith 2006:30).

<sup>15</sup> « L’incendie de Paris est le digne achèvement de l’œuvre de destruction du baron Haussmann » (Benjamin 2003:43).

*“Aquele que é submetido a um campo de visibilidade, e que o sabe, retoma por sua conta as obrigações do poder; fá-las jogar sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder no qual joga simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio da sua própria submissão”*<sup>16</sup> (Foucault 1993 [1975]:236). Jeremy Bentham, o inventor desta “máquina maravilhosa”, destinava-a a aperfeiçoar a recuperação carcerária tanto como o internamento hospitalar, a produção industrial ou a disciplina escolar.

Opera-se uma transformação de paradigma com o panótico: *“O velho e simples esquema de encerramento e de gradeamento – do muro espesso, da porta sólida que impede de entrar ou de sair – começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos plenos e dos vazios, das passagens e das transparências*<sup>17</sup>” (Foucault 1993 [1975]:203). Surge o poder da visibilidade no campo das ciências sociais enquanto meio de controlo, tal como num jogo de reconhecimento e de representação (Brighenti 2007). Uma sociedade de vigilância baseada sobre o princípio panótico tem sido tornada possível graças ao desenvolvimento das tecnologias da informação e dos sistemas de videovigilância (Graham 2012 [2010]).

Contudo, dispositivos tecnológicos ultramodernos não são necessários à implementação de processo panótico no desenvolvimento urbano tendo em vista a redução da criminalidade. Nascido nos anos 60, o *Crime Prevention Through Environmental Design* “consiste numa abordagem metodológica que prevê a introdução de princípios no desenho e utilização do espaço público com o intuito de o tornar mais seguro, melhorando assim a qualidade de vida nas cidades” (Machado e al. 2011:30). Na prática, esta corrente arquitetónica baseia-se em quatro princípios: (i) a vigilância natural, (ii) o controlo natural de acessos, (iii) o reforço territorial e (iv) a manutenção e gestão. (i) A vigilância natural apoia-se na abertura de um campo de visão sem obstáculos no qual todos os utentes do espaço devem estar visíveis uns para os outros. (ii) O controlo natural de acessos designa a disposição de elementos ornamentais destacando os usos legítimos do território. (iii) O reforço territorial pretende aumentar a legibilidade do espaço distinguindo claramente o público do privado. (iv) As boas manutenções e gestão produzem um sentimento de pertença e de apropriação do utente com o território (cfr. Teoria da janela partida). Mobilizando recursos elementares (iluminação, mobiliário, sinalética, etc.), esta

---

<sup>16</sup> « Celui qui est soumis à un champ de visibilité, et qui le sait, reprend à son compte les contraintes du pouvoir ; il les fait jouer spontanément sur lui-même ; il inscrit en soi le rapport de pouvoir dans lequel il joue simultanément les deux rôles ; il devient le principe de son propre assujettissement » (Foucault 1975:236).

<sup>17</sup> « Au vieux schéma simple de l'enfermement et de la clôture – du mur épais, de la porte solide qui empêchent d'entrer ou de sortir – commence à se substituer le calcul des ouvertures, des pleins et des vides, des passages et des transparences » (Foucault 1975:203).

estratégia de planeamento designa os usos legítimos e indica as condições de permanência no espaço público (DGAI 2012). Um espaço no qual “comportamentos desejáveis e aceitáveis” são incentivados pode ainda ser considerado como público? Qual é a fronteira entre uma atividade delituosa e uma atitude não desejável ou não aceitável? Quais são os critérios determinando se um comportamento é não adequado?

Em 2010, a Direção Geral da Administração Interna e a Direção Geral do Ordenamento Territorial e da Gestão Urbana organizaram em conjunto um colóquio sobre a relação entre segurança pública e desenvolvimento urbano e, especificamente, sobre o CPTED. Esta reunião, que decorreu no enquadramento do programa Polis XXI, juntou membros das forças de segurança, representantes da administração pública, investigadores em ciências sociais e peritos em planeamento urbano. Deste encontro emergiram dois documentos-chave que definem a política urbana em termos de segurança: (i) Segurança pública e desenvolvimento urbano (em 2011) e (ii) CPTED – Guia de boas práticas<sup>18</sup> (em 2012). A publicação destes documentos coincide com o lançamento do processo de regeneração urbana do Largo do Intendente no qual vários dos dispositivos do CPTED serão implementados.

### **2.3.3. Cidades contestadas**

Tulumello (2017) propõe o conceito de “paisagem do medo”, ou *fearscapes*, enquanto *“um truque linguístico com o intuito de tomar uma abordagem crítica perante as transformações espaciais relacionadas diretamente ou indiretamente como, ou produzidas por discursos e sentimentos de medo”*<sup>19</sup> (2017:1). Esta perspetiva tem origem num paradoxo que percorre as sociedades ocidentais: enquanto a taxa de criminalidade não parou de baixar nestas últimas décadas, o sentimento de medo não parou de progredir. Na prática, emerge um discurso mediático-político que, alimentando esta representação temerária, produz políticas de segurança repressivas e espaços urbanos securitários. Na prática, esta narrativa irrazoável tem um poder performativo para além dos recursos tradicionais da segurança pública, ilustrando um processo de securitização.

---

<sup>18</sup> CPTED – Guia de boas práticas é literalmente a tradução de um documento publicado em 2003 pelo National Crime Prevention Council de Singapura. Nota-se uma internalização das estratégias de segurança através deste tipo de intercâmbio (Graham 2013).

<sup>19</sup> “We shall thus use the term ‘fearscapes’, or landscapes of fear, as a linguistic trick with the aim of taking a critical approach to the spatial transformations directly/indirectly connected with, or produced by, discourses and feelings of fear” (Tulumello 2017: 1).

Tulumello (2017) nota que Lisboa é uma cidade ordinária, no sentido que não é uma megalópole globalizada, com uma das taxas de criminalidade mais baixa de Europa. No entanto, a imagem de vários espaços urbanos é produzida através deste prisma de paisagem do medo nos subúrbios de Lisboa, mas também em zonas centrais como foi aquela do Largo do Intendente e da Mouraria (Veiga Gomes 2015). Em sentido oposto, vários assuntos que relevam da segurança pública comportam (ainda) “tolerância” como, por exemplo, a videovigilância e o consumo de drogas. A videovigilância está quase ausente do espaço urbano porque, propõe Tulumello (2017), a palavra vigilância é, no debate público, relacionada ao regime salazarista e o Portugal tem tendencialmente uma década de atraso nas questões de segurança (evolução da taxa de criminalidade, implementação de material, etc.). Em relação às drogas, a aquisição, a posse e o consumo foram descriminalizados em 2000 para enfrentar um fenómeno social tornado endémico (Veiga Gomes 2015). Um consumidor, qualquer que seja a substância, é considerado como um paciente precisando de um apoio médico e psicossocial, o que faz de Portugal um dos países mais liberais nesta matéria.

Flyvbjerg (2001, 2004) e Yiftachel (1998) refletiram sobre o planeamento urbano como estratégia política implementando mecanismos de dominação na produção do espaço. Neste sentido, o caso israelita é paradigmático pois projetos de urbanização foram utilizados na estratégia de ocupação do território (Graham 2012 [2010]; Gregory 2004; Roßbard 2015; Weizman 2007). De facto, não é preciso encontrar-se num contexto altamente conflituoso para verificar a criação de geografias urbanas que reproduzem nelas mesmas relações de dominação. *“O Estado moderno reformulou a fundação organizacional da sociedade, aperfeiçoando a tecnologia do poder e difundindo o controlo através à divisão do espaço, à monitorização da vigilância, e transformando tarefas complexas em procedimentos de rotina<sup>20</sup>”* (Yiftachel 1998:399).

(Flyvbjerg 2001, 2004) evidencia mecanismos que reproduzem relações de poder nas práticas urbanísticas produzindo espaços a favor de grupos sociais determinados. À escala de um bairro ou de uma praça, os tais “beneficiários” não correspondem inevitavelmente ao grupo mais potente politicamente ou economicamente. Às vezes são o fruto de lógicas de reconhecimento, a vertente oposta do controlo, devido a fenómenos de visibilidade social (Brighenti 2007). Estas lógicas produzem dois fenómenos opostos de controlo e de reconhecimento (Brighenti 2007). De facto, (Flyvbjerg 2001, 2004) pretende trazer um plano

---

<sup>20</sup> “The modern state has reworked the organizational foundation of society, perfecting the technology of power and diffusing control by dividing space, conducting surveillance, and breaking down complex tasks into routine procedures” (Yiftachel 1998:399).

ético para a elaboração dos projetos de regeneração urbano questionando-se sobre os vencedores e os perdedores e a desejabilidade de tais projetos.

A questão da ética no urbanismo traz-nos a uma questão mais ampla do direito à cidade: como é possível produzir coletivamente espaços urbanos conduzidos não apenas por motivos económicos ou securitários? Dos episódios violentos do People's Park até aos do Gezi Park em 2013, não é necessário demonstrar, se ainda fosse possível, a força da relação entre aqueles que a vivem a cidade e a que é experienciada diariamente. Estes dois movimentos iniciaram-se em oposição à reabilitação de um jardim urbano, agregando às questões iniciais sobre o devir do espaço público outras problemáticas ambientais, políticas e sociais. Terminaram reprimidos por operações policiais violentas, matando-se em ambos os casos vários protestantes, o que comprova o receio da parte do estado em ver um movimento social ocupar -permanentemente- o espaço público. De facto, o espaço público é o lugar por essência dos conflitos entre grupos sociais, mas igualmente o último lugar de contestação da ordem estabelecida. Para concluir, uma última palavra cabe a Maquiavel, que no século XV já sustentava que *“aos quais que culpem as querelas do Senado e do povo, que condenam o que foi o princípio da liberdade, e que são muito mais tocados pelos gritos e pelo ruído que ocasionassem na praça pública que pelos bons efeitos que produzissem”*<sup>21</sup> (Machiavel 1980 [1531]:40).

---

<sup>21</sup> « Je soutiens à ceux qui blâment les querelles du Sénat et du peuple, qu'ils condamnent ce qui fut le principe de la liberté, et qu'ils sont beaucoup plus frappés des cris et du bruit qu'elles occasionnaient dans la place publique que des bons effets qu'elles produisaient » (Maquiavel 1980:40).

### 3. Caso de estudo

#### 3.1. Qualificar o espaço

O Largo do Intendente nunca foi considerado ao longo da História de Lisboa, a Olisipografia, como um bairro em si próprio: a denominação “Bairro do Intendente” apareceu em 2012 durante o processo de requalificação do espaço público. Veiga Gomes (2015, 2016) salienta a dificuldade de qualificar este espaço urbano tornando-se uma espécie de plataforma onde se encontram uma série de dinâmicas socioculturais e socioeconómicas. Entra igualmente na definição de um lugar toponímico cuja produção ao longo da história se relaciona com processos de visibilização e invisibilização, aparecendo e desaparecendo sucessivamente da geografia da cidade (Veiga Gomes 2015, 2016).

Um olhar geohistórico numa temporalidade longa permite entender as características que marcaram a produção deste espaço urbano particular. O seu destino cruza-se com os bairros que lhe são contíguos, partilhando processos geohistóricos: dinâmicas demográficas, desenvolvimento desordenado e estigmatização do território (Estevens 2017; Menezes 2004; Veiga Gomes 2016). Esta narrativa é construída a partir destes processos com o intuito de delinear os elementos que caracterizam o Largo do Intendente atualmente. Antes de ir mais à frente, parece importante propor um mapa do terreno de estudo e das suas principais funções.



Figura 1 Mapa geral do Intendente em 2019 (Mandoux, Google Maps)

1. Infame Restaurante Bar Lounge (Rés do chão - Rdc) & Hotel 1908 (Andares)
2. E Tem Dente! (Rdc)
3. Cooperativa do Largo (Rdc: café e andares: residência) e Loja de bicicleta (Rdc)
4. Loja e ex-fábrica da Viúva Lamego (Prédio inteiro)
5. Loja Vida Portuguesa (Rdc) e Sede da Junta de Freguesia (ex-gabinete do António Costa, andares)
6. Café das Joanas (Rdc)
7. Prédio vazio (em renovação)
8. Prédio vazio (em renovação)
9. Casa Independente (Andares) e Loja de ferramentas (Rdc)



10. Palacete do Intendente Pina Manique e ex-Sport Clube Intendente (em projeto, prédio inteiro)
11. Prédio vazio (em renovação)
12. Café Joséphine (Rdc)
13. Tiles Bar (Rdc)

## **3.2. História longa**

### **3.2.1. O cerco de Lisboa**

Em 1147, os cruzados, à cabeça dos quais se encontrava Dom Afonso Henriques, futuro primeiro rei do Portugal, tomaram a cidade de Lisboa, terminando cinco séculos de dominação árabe. As populações não cristãs, judias e muçulmanas que permaneceram ficaram confinadas a duas zonas urbanas densas encostadas ao castelo: Alfama e a Mouraria. A “Mouraria” significa literalmente a área dos mouros, sendo excluída de forma duradoura do perímetro urbano, no século XIV, pela cerca fernandina que a contorna. Este território contíguo ao que será o Largo do Intendente situa-se a jusante do castelo numa encosta íngreme, tornando-se na lixeira da cidade alta, tanto metafórica como concretamente (Veiga Gomes 2016). No entanto, uma intensa atividade artesanal e cultural desenvolve-se além da expulsão da comunidade muçulmana no final do século XV (Estevens 2017).

Até ao século XVI, a área do Intendente é uma zona agrícola coberta de olivais e de laranjais, atravessada por um regueirão, o que torna a construção difícil. Não obstante, começa a urbanizar-se nesta altura em torno de três edifícios de cariz religioso, o convento do Desterro e as igrejas do Socorro e dos Anjos, adquirindo cada um o estatuto administrativo de freguesia. O nome da “Rua Direita” que ainda não se chama “do Benfornoso” destaca-se devido ao seu papel de eixo ligando a cidade com o seu interior. Graças a esta atividade, uma série de ateliês e de negócios estabelecem-se nos arredores, fortalecendo a sua importância no desenvolvimento urbano de Lisboa.

O Intendente de Pina Manique ordena a construção do seu palacete no século XVIII seguindo a tendência aristocrática que queria afastar-se da antiga cidade medieval. Deste homem político, familiar do Marquês de Pombal, o largo herdou a sua designação administrativa, um edifício notável de arquitetura pré-pombalina e um chafariz importante devido ao tráfego contínuo de mulas e carroças. Pela primeira vez, o Largo do Intendente

aparece no imaginário coletivo dos habitantes da cidade, ficando marcado no século seguinte com o desenvolvimento da cartografia de Lisboa.

Por milagre, a zona do Intendente sai relativamente salva da catástrofe de 1755 e evita ser incluída no projeto de planificação urbana conduzido pelo Marquês de Pombal. Ao longo do século XIX, fábricas de tijolos e de cerâmica instalam-se aproveitando os terrenos disponíveis, fontes de água e os solos argilosos. Neste movimento, aparece uma malhagem de ruas, becos e escadas para permitir a passagem dos homens e das matérias, modificando a morfologia da área urbana. A fábrica da Viúva Lamego localizada no Largo do Intendente é o rasto mais notável desta atividade industrial tal como alguns topónimos como a Rua e o Mercado do Forno do Tijolo, as Escadinhas das Olarias. A industrializar-se, o Largo do Intendente perde o prestígio do seu patrónimo assim como a sua função no pequeno negócio e na produção artesanal do bairro.

### **3.2.2. Modernidade urbana**

Na viragem dos séculos XIX e XX, surgem sequencialmente a Rua Nova de Palma e a Avenida Dona Amélia, futura Avenida Almirante Reis, que substituem o papel histórico da Rua do Benfoso e colocam na sombra o Largo do Intendente. Estes eixos de comunicação beneficiam dos atributos da modernidade: trânsito automóvel e de elétrico, pavimentos e calçadas, iluminação pública, pouco depois teatros e cinemas. Ao cativar este fenómeno moderno que é o público composto de passantes e de *flâneurs*, as suas edificações relegam para um segundo plano o dedalo de ruas escuras e populosas que as rodeiam.

Estas avenidas modernas foram sendo traçadas através de um tecido urbano denso, provocando o despejo de milhares de habitantes que encontraram um refúgio nas ruas adjacentes. Este modo autoritário de planeamento exacerba-se durante o regime fascista do Estado Novo, que adota medidas facilitando as expropriações e a municipalização dos terrenos (Veiga Gomes 2016). A praça do Martim Moniz viu a luz, assim, no decurso dos anos de 1940 no âmbito da higienização e embelezamento dos bairros mal-afamados do Socorro e da Mouraria (Estevens 2017; Rodrigues 2014; Veiga Gomes 2015, 2016). A zona do Largo do Intendente e a sua envolvente apareceram a estas famílias expulsas como uma oportunidade de realojamento graças a preços baixos e a prédios disponíveis. A este movimento de população acrescenta-se a chegada dos imigrantes vindos do Centro e do Norte procurar trabalho na construção civil.

Graças a uma população variegada<sup>22</sup>, um alojamento abundante e barato e um entrelaçamento de ateliês e tavernas, o Intendente apresenta-se como uma parte da cidade particularmente acolhedora para quem quer estabelecer-se em Lisboa.

O regime ditatorial promoveu uma política nacionalista, baseada no conceito de *portugalidade*, assim como aproveitando as pertenças locais através das noções de *bairrismo* e de *regionalismo*. Reunidos sob o apelo de coletividade, estes lugares de sociabilização permaneceram após a queda do sistema político, animando a vida do Intendente qualquer que fosse a sua situação. Em 1966, a estação de metro epónima é inaugurada fazendo aparecer novamente o Intendente no imaginário coletivo neste processo de produção espacial através um movimento de visibilidade e invisibilidade do lugar.

### **3.3. Sombra é luz**

#### **3.3.1. Até agora tudo bem...**

Cumprindo as suas funções implícitas, a Mouraria e o Intendente atraem a partir de 1974 imigrantes vindo principalmente dos países de língua oficial portuguesa, do subcontinente indiano e da China (mas também dos países de Leste, de outras regiões da África e Ásia, da América Latina, etc.). Além de alojamentos baratos, encontram espaços disponíveis no âmbito de abrir negócios grossistas e de retalho, reforçando a sua presença nesta parte da cidade. A inauguração dos centros comerciais do Martim Moniz e da Mouraria em 1989 acabaram por confirmar este processo, uma vez que hoje integram, quase exclusivamente, lojas geridas por imigrantes. As várias tentativas de renovar a praça do Martim Moniz deslocaram uma parte das atividades informais que lá tinham lugar na direção da Rua do Benfornoso e do Largo do Intendente.

A partir dos anos de 1980, esta área urbana é conhecida pelos seus estabelecimentos noturnos, as suas acomodações económicas e as suas tavernas onde se come barato, no seguimento dos quais se encontram jogos ilegais, prostituição e tráfico de droga. Durante os anos de 1990, a superfície do Largo é utilizada como parque de estacionamento por uma empresa de mudanças, favorecendo o desenvolvimento deste tipo de atividades ilegais e

---

<sup>22</sup> Ciganos e galegos na viragem dos séculos XIX e XX, portugueses do Centro e do Norte do país durante o século XX, africanos dos países de língua oficial portuguesa a partir de 1974, imigrantes de outras regiões de África, do subcontinente indiano, da China, dos países de Leste a seguir.

informais. No entanto, até o final da década a situação era a de um território degradado e estigmatizado, mas ainda não havia batido no fundo...

Em 1996, o bairro periférico do Casal Ventoso, considerado como um mercado a céu aberto de heroína e de narcóticos, sofre um plano de requalificação com o propósito de acabar com o tráfico e o consumo de estupefacientes. De repente, o tráfico mudou-se para o Intendente, que lhe oferecia um espaço urbano central e acessível, no entanto, remoto tendo em conta a invisibilidade de um território degradado e estigmatizado. Por consequência, os clientes das tavernas e das discotecas começaram a desertar o lugar, estabelecimentos que fecharam uns a seguir aos outros. O tríptico tráfico de droga, prostituição e população extraeuropeia fez do Intendente não somente um espaço estigmatizado como também um “lugar de infâmia”, ou seja, com “uma reputação vergonhosa e ingloriosa” (Veiga Gomes 2015:61).

### **3.3.2. O que importa não é a queda, é a aterragem**

Em Abril de 2011, António Costa, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, decidiu transferir o seu gabinete para o Largo do Intendente e torná-lo a montra da sua política de regeneração urbana. O QREN Mouraria, as cidades dentro da cidade, que consiste num vasto programa de reabilitação e valorização deste bairro histórico do centro de Lisboa, ao qual se junta o Largo, acaba de ser lançado. Entretanto, estão a ser criados concursos municipais BIP/ZIP para financiar associações que queiram desenvolver projetos sociais ou culturais nesta área. Todas estas iniciativas, articuladas numa arquitetura complexa, são centralizadas na prática pela GABIP Mouraria, localizada na Praça Martim Moniz (Estevens 2017; Veiga Gomes 2016).

Em suma, o plano de regeneração urbana que irá transformar o Largo do Intendente é apresentado em torno de dois eixos distintos: o hardware e o software. O primeiro, que concentra a grande maioria dos financiamentos, é dedicado à renovação do ambiente construído e dos espaços públicos. A segunda, que é orquestrada pelo PDCM, foca no desenvolvimento de projetos e ações com parceiros locais para dinamizar as transformações infraestruturais.

Em 2012, foram concluídas as obras do Largo e, no mesmo ano, foram criadas a Cooperativa do Largo e a Casa Independente, ambas financiadas pelo programa BIP/ZIP. Nessa altura, as entidades que decidiram estabelecer-se na zona do Intendente eram movidas por um verdadeiro espírito pioneiro, pois os problemas sociais ainda prevaleciam e a reputação do local

ainda era má. Coabitam com as antigas autoridades regionais ou esportivas e com as últimas boates e discotecas que fizeram os bons dias do Intendente antes da chegada massiva dos narcóticos.

Em 2014, António Costa deixou a Câmara Municipal de Lisboa e o Largo do Intendente, tendo ganho a sua aposta na realização de campanhas legislativas e após uma “pirueta” política tornou-se Primeiro-Ministro. Em poucos anos, o Largo do Intendente deixou de ser a invisibilidade de um território estigmatizado e de uma população marginalizada e passou a ser a hipervisibilidade de uma área urbana emergente que atrai atenção, visitantes e investimentos.

## 4. Metodologia

### 4.1. Métodos e metodologia

Este capítulo dedica-se à elaboração das ferramentas metodológicas mobilizadas no decurso deste trabalho de pesquisa. A primeira parte baseia-se no carácter reflexivo da metodologia na investigação em ciências sociais com o intuito de refletir sobre a relação entre observador e objeto de observação. Três autores, nos passos dos quais esta pesquisa se inscreve, alimentaram esta reflexão discursiva sobre a perspetiva adotada, nomeadamente Michel Foucault, Donna Haraway e Sharon Rotbard.

A segunda parte deste capítulo concentra-se nos métodos que têm sido desenvolvidos ao longo deste trabalho de pesquisa e na elaboração desta narrativa. O primeiro subcapítulo questiona o que pode ser um inquérito etnográfico e como o conduzir no nosso caso. A segunda coloca perguntas sobre a acessibilidade do espaço, enquanto campo de estudo, e do seu carácter eventualmente fechado. Os subcapítulos três e quatro dedicam-se a duas experiências de observador-participante que permitiram construir este trabalho. O último fornece algumas justificações sobre as ferramentas que decidimos utilizar nesta pesquisa.

### 4.2. Metodologia reflexiva

#### 4.2.1. Aproximação com Foucault

Foucault (1993 [1975]) evidencia que, qualquer que seja a produção de saber, ela inscreve-se em relações de poder e que, conseqüentemente, não existe exercício de poder sem a constituição prévia de um campo de saber. *“Estas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento, livre ou não em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar pelo contrário que o sujeito que conhece os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são efeitos destas implicações fundamentais do poder-saber e das suas transformações históricas”*<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> « Ces rapports de « pouvoir-savoir » ne sont donc pas à analyser à partir d’un sujet de connaissance qui serait libre ou non par rapport au système du pouvoir ; mais il faut considérer au contraire que le sujet qui connaît les objets à connaître et les modalités de connaissance sont autant d’effets de ces implications fondamentales du pouvoir-savoir et de leurs transformations historiques » (Foucault 1975: 36).

(Foucault 1993 [1975]:36). À sua escala, o presente trabalho não pode escapar destas relações de poder-saber que o enquadram: (i) produzir um saber sobre um espaço que tinha permanecido numa relativa sombra não determina como e por quem vai ser utilizado, (ii) produzir um saber no seio da faculdade determina a forma que toma e o limite e (iii) produzir um saber é sempre o fruto de um trabalho pessoal (não significa que não é objetivo ou pelo menos “parcialmente objetivo”).

A segunda nota metodológica que chamou a nossa atenção concerne à constituição de uma abordagem indutiva dos aparelhos e dos mecanismos de poder. *“Trata-se de agarrar (...) o poder nas suas extremidades, nas suas ultimas linhas, onde se torna capilar; ou seja: tomar o poder pelas suas formas e instituições mais regionais, mais locais, sobretudo la onde este poder, transbordando as regras do direito que o organizam e delimitam, prolonga-se por consequência para além destas regras, desenvolve-se em instituições, ganha corpo em técnicas e dá-se instrumentos de intervenção materiais, eventualmente mesmo violentos<sup>24</sup>”* (Foucault 1997 [1976]:20). Por consequência, a securitização do espaço público não será tratada a partir das declarações de intenção, mas a partir dos dispositivos que materialmente participaram no seu cumprimento.

#### **4.2.2. Posicionamento com Haraway**

A reflexão de (Haraway 1988) começa no ponto em que a produção de saber nas ciências sociais está presa entre uma objetividade totalizante e um relativismo absoluto, ou seja, o que significa compor um saber objetivo? Por consequência, um saber está sempre situado num contexto a partir do qual está a ser produzido e em relação ao sujeito que está a observar, embora não se renunciando a ser objetivo. Saber de onde estamos a olhar permite-nos aprender sobre o sujeito estudado, mas também sobre a nossa maneira de olhar para ele. De facto, (Haraway 1988) propõe refletir sobre duas noções que são (i) a visão e (ii) a posição a partir das quais o olhamos: (i) entendida como a nossa maneira sensível de olhar para o mundo e (ii) como a perspetiva consciente de olhá-lo.

---

<sup>24</sup> « Il s’agit de saisir, au contraire, le pouvoir à ses extrémités, dans ses derniers linéaments, là où il devient capillaire ; c’est-à-dire : prendre le pouvoir dans ses formes et ses institutions les plus régionales, les plus locales, là surtout où ce pouvoir, débordant les règles de droit qui l’organisent et le délimitent, se prolonge par conséquent au-delà de ces règles, s’investit dans des institutions, prend corps dans des techniques et se donne des instruments d’intervention matériels, éventuellement même violents » (Foucault 1997:20).

“Não há fotografias sem intermediário ou câmara obscura passiva nos relatórios científicos sobre os corpos e as máquinas; há só possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com uma maneira maravilhosamente detalhada, ativa e parcial de organizar mundos<sup>25</sup>” (Haraway 1988:583).

Enquanto feminista radical, (Haraway 1988) acrescenta que já não é necessário produzir saber sobre as mulheres, mas que são as mulheres que têm de produzir saber sobre elas próprias. De facto, é sempre preferível adotar a perspetiva do “dominado” porque não tem este a hipótese de abstrair-se da sua situação e de produzir um saber não situado. (Fanon 2004 [1961]) afirmava que um colonizado é sempre mais inteligente que um colonizador porque para sobreviver tem de perceber a sua lógica própria e a do seu mestre.

Nesta perspetiva, o observador tem de sair da sua posição passiva e entrar em contato com o que ele está a observar, dialogar e interagir com ele. Esta mudança de posição tem duas consequências: (i) arrisca-se na sua pesquisa, torna-se vulnerável e contraditório e (ii) não se pode falar de uma voz única, tem de aceitar uma multidão de vozes. Formalmente substituímos o “eu” pessoal por um “nós” coletivo, representando os múltiplos textos, ideias, pessoas e situações necessários à construção desta narrativa.

Flyvbjerg (2001) propõe um truque para tornar a desconstruir um conhecimento objetivante num conhecimento dinâmico e objetivo: substituir o “porque” por um “como”. De facto, o advérbio “porque” pressupõe uma resposta unívoca enquanto o advérbio “como” um processo interligando vários atores e agentes. Por consequência, um papel essencial do pesquisador encontra-se na sua capacidade de traduzir e interpretar estes pontos de vista na construção do seu trabalho. De outra forma, trata-se do contar de histórias (story-telling) que se torna objetivo porque são múltiplas e diversas.

#### **4.2.3. Escrita com Rotbard**

Rotbard (2015) explica que, enquanto arquiteto vivendo e trabalhando em Telavive, o melhor papel que podia desempenhar era não de fazer a cidade, mas de escrevê-la. Não obstante, o facto de construir uma narrativa crítica visitando os mitos

---

<sup>25</sup> “There is no unmediated photograph or passive camera obscura in scientific accounts of bodies and machines; there are only highly specific visual possibilities, each with a wonderfully detailed, active, partial way of organizing worlds” (Haraway 1988:583).



fundadores da cidade branca com as lembranças esquecidas da cidade negra não está isento de um poder performativo. Ao contrário de Flyvbjerg (2001), este trabalho de pesquisa não pretende propor alternativas ao plano de regeneração urbana que tem sido executado no espaço público. No entanto, narrar uma história que dá a palavra aos que não têm este poder e envolver-se diariamente num projeto associativo no terreno parecem-nos uma postura ética - mais- sustentável.

*“Alterar uma cidade fisicamente e escrever a história são grandes questões de poder, e o poder nunca é distribuído de forma igual. O espaço físico e cultural da cidade está sempre sujeito a desafio e luta. É provável que aqueles que controlam o espaço físico controlem também o espaço cultural, e estes nunca são aqueles que têm perdido a batalha sobre a história. Aqueles que têm o poder de modelar o espaço físico para seguir as suas necessidades podem facilmente modelá-lo de forma a seguir os seus valores e as suas narrativas – não só para obter pelos seus valores e narrativas um estatuto hegemónico, mas também para, de acordo com eles, remodelar a cidade. Podemos formular este simples estado das coisas com a seguinte regra paradoxal: uma cidade é sempre a realização das histórias que ela conta sobre ela própria<sup>26</sup>” (Rotbard 2015:143).*

### **4.3. Métodos todo-o-terreno**

#### **4.3.1. Inquérito etnográfico**

Este trabalho de pesquisa assume uma metodologia qualitativa, baseada em vários métodos de recolha de dados: a observação direta, a observação participante, a análise de dados secundários e documentais e entrevistas informais. O trabalho de campo que decorreu em duas fases, de maio a agosto 2017 e de outubro 2018 a abril do ano seguinte, teve o intuito de observar tanto as transformações do ambiente construído que as dinâmicas de apropriação do espaço público. Ele adota, apesar ou além dele, uma metodologia que toma a forma de inquérito

---

<sup>26</sup> “To physically alter a city and to write history takes a great deal of power, and power too is never distributed equally. Both the physical and cultural space of a city is always subject for challenge and struggle. It is likely that those who control the physical space often control the cultural space, and they are never those who have lost the battle over history. Those who have the power to shape the physical space to suit their needs can easily shape it to suit their values and narrative – not only to obtain for their values and narratives a hegemonic stature, but also in accordance with them, to reshape the city. We may formulate this simple state of things in the following paradoxical rule: a city is always a realization of the stories that it tells about itself” (Rotbard 2015:143).

etnográfico. O inquérito etnográfico, ou socio-antropológico, não tem um método propriamente dito escondido num manual, que o aspirante a investigador deveria encontrar. Olivier de Sardan (1995) afirma que é sobretudo um *saber-fazer* que se constitui no decurso do seu exercício, e que se exerce ao longo da sua constituição. “*É que o inquérito de terreno é em primeiro lugar uma questão de “tour de main”, procede por passos de intuição, de improvisação e de bricolages*”<sup>27</sup> (Olivier de Sardan 1995:2).

Beaud e Weber (2007:97) escrevem, provavelmente para acalmar-nos, que “*(v)ocê passa a vida a observar, sem o saber, e é essa capacidade social de observação que deve servir de adubo para desenvolver a sua capacidade etnográfica de observar*”. Acrescentam que perceber, memorizar e anotar são as três ações que permitem uma observação qualitativa válida neste domínio de estudo.

#### **4.3.2. Espaço fechado e dificuldade de acesso**

O Largo do Intendente apareceu logo como um terreno de estudo complexo a abordar devido à coexistência de usos e utentes múltiplos e diversos no espaço público. Beaud e Weber (2007) notam que numerosos estudantes escolhem um espaço público imaginando que poderiam manter um tipo de anonimato, observar sem se ser visto. Continuam referindo que é necessário pensar a entrada no campo de estudo tendo em consideração que pode ser sujeita a uma negociação ou pelo menos a um interconhecimento preliminar (Beaud e Weber 2007; van Campenhoudt e Quivy 2011; Trémoulinas 2007). Trémoulinas (2007) infirma esta condição mostrando, no seu caso, a partidas de futebol informais, não sendo aquele tipo de intermediários necessários. Apresentar-se com roupa de desporto no campo era suficiente para jogar e, de facto, começar o seu inquérito etnográfico: nunca se apresentou enquanto pesquisador, mas nunca escondeu esta atividade a quem o perguntava.

A partir deste exemplo, desenvolvemos uma estratégia de investigação baseada em duas vertentes complementares: (i) a compilação dos dados académicos em relação ao Intendente e (ii) a frequência regular e de “várias maneiras” do espaço público. (i) Recolher as informações produzidas sobre o Largo do Intendente não foi um trabalho complicado porque no início desta pesquisa em 2017 existiam somente uma meia-dúzia

---

<sup>27</sup> « C’est que l’enquête de terrain est d’abord une question de « tour de main », et procède à coups d’intuition, d’improvisation et de bricolage » (Olivier de Sardan 1995:2).

de teses quase exclusivamente no domínio da arquitetura. Trata-se quase exclusivamente de dissertação de mestrado que nesta área estudam a transformação física do ambiente construído. Este trabalho de recolha permitiu preparar-nos para o contato com o terreno tendo em mente uma ideia preliminar da história do lugar, enquanto espaço produzido, e das problemáticas que o atravessam. Van Campenhoudt e Quivy (2011) sublinham a importância de contextualizar o tema da pesquisa numa cronologia longa para melhor abordá-lo.

(ii) Frequentar com regularidade o terreno de estudo levantou imediatamente várias questões em relação aos tempos de observação, à abordagem das pessoas e a (minha) qualidade enquanto pesquisador. Em 2017, durante a primavera, multipliquei os momentos de observação passando semanalmente três a quatro vezes uma ou duas horas de cada vez. Estive em todos os lugares de sociabilização da área a falar com as pessoas que os frequentam, conversas que tomaram a forma de entrevistas informais, além de termos permanecido horas no espaço público a observar o que podia acontecer... Esta metodologia, um pouco cândida, não nos satisfaz, tendo em conta que pretendemos falar a partir da perspetiva do “dominado”.

Aparecer no espaço não é suficiente para conseguir encontrar todos os utentes do Largo do Intendente, principalmente os mais marginalizados, sendo que sou um homem branco, da classe média e que o meu sotaque francês não se pode esconder. De facto, as atividades informais que permanecem no que Veiga Gomes qualifica um “lugar de infâmia” produzem um espaço fechado ou pelo menos dificilmente acessível a um olhar estrangeiro (de fora). Ganhar a confiança, marcar a sua presença, ser aceite no espaço são processos complexos que pedem um tempo e um envolvimento que uma dissertação de mestrado não proporciona.

#### **4.3.3. Participante-observador/Observador-participante**

No decurso desta pesquisa, tive a oportunidade de encontrar Hélène Veiga Gomes, num primeiro tempo através dos seus trabalhos sobre o Largo do Intendente, num segundo em Lisboa, pessoalmente. Ao longo de um doutoramento em antropologia, produziu a investigação mais aprofundada sobre as transformações urbanas do Largo do Intendente, investigação que continua atualmente em outros projetos. De repente, decidimos fazer o levantamento das atividades, concentrando-nos na Rua do Benfornoso, o Largo do Intendente e na Rua do Anjos, projeto que não se finalizou, mas que nos permitiu ter “algo para fazer” no espaço estudado.

Hélène Veiga Gomes propôs-me participar na produção do ciclo de debates “Agora” que organizava com Tiago Saraiva e Marta Silva, ambos da Cooperativa do Largo, no quadro do

festival “Bairro Intendente em Festa 2017”. Estes debates tinham o objetivo de juntar numa mesa os vários atores do setor do Intendente, assim como membros da comunidade académica, criando um espaço de reflexão sobre as transformações urbanas que o afetaram. Na prática, este papel na produção destes eventos permitiu-me desenvolver uma estratégia de participante-observador/observador-participante tanto como encontrar “*componentes não estritamente representativos mas característicos da população*”<sup>28</sup> (van Campenhoudt e Quivy 2011:149). Não foram entrevistas propriamente falando, contudo, deram oportunidade a uma série de atores do Intendente de se exprimirem sobre as transformações urbanas ocorridas nestes últimos anos. Ao produzi-los, criou-se um nível de interconhecimento intermediário que, apesar de pessoal, já não pode ser qualificado de anónimo (Trémoulinas 2007). O que consegui tirar desta experiência será discutido em pormenor no próximo capítulo.

É notável que participei numa reunião da Junta de Freguesia, ocorrida a 24 de julho 2017, dedicada à degradação da situação na zona do Largo do Intendente. Esta surge na sequência de uma petição lançada por vários moradores e da publicação de vários artigos de imprensa com o propósito de denunciar um processo de regressão naquela zona. Além de moradores e atores socioeconómicos, juntou à mesa representantes políticos e de segurança pública que faziam falta nos debates anteriores.

#### **4.3.4. De observador a ator**

Um trabalho de investigação assim é inevitavelmente um trabalho pessoal que não pode ser considerado fora do contexto em que se realizou. Acompanhou-me durante a duração da doença do meu pai e no seu luto, obrigando-me a efetuar viagens à Bélgica, local afastado do meu terreno de pesquisa. Faleceu em setembro 2018, altura em que devia entregar a dissertação de mestrado, o que resultou no adiar do prazo de entrega para o ano letivo seguinte. Em outubro do mesmo ano, surgiu a proposta de tomar conta de um espaço associativo situado no número 12f da Rua dos Anjos, ou seja, no centro do nosso terreno de estudo, ao qual o acesso nos parecia tão difícil. Eu próprio e mais três amigas agarrámos esta oportunidade procurando desenvolver um espaço associativo baseado em duas vertentes: o trabalho político e as atividades culturais. A Associação Sirigaita abriu a suas portas no início de dezembro após um mês de obras,

---

<sup>28</sup> « Étudier des composantes non strictement représentatives mais caractéristiques de la population » (Quivy & van Campenhoudt 2006:149).

mas deixemos de referir demasiado este projeto que, no fundo, foi mais um pretexto para estar presente no Intendente.

Num período estendido de outubro 2018 a dezembro 2019, passámos um tempo infinito naquela metade da Rua dos Anjos, fosse qual fosse o momento do dia ou da noite, impondo-nos a impregnação no nosso campo de estudo. O que mudou não foi somente a quantidade de tempo passado, mas sobretudo a qualidade da nossa presença no espaço: encontrando dezenas de pessoas e de situações que serão o objeto do próximo capítulo. Não podemos ocultar o viés que esta posição pode criar. No entanto, consideramos que, guardando um olhar crítico sobre a nossa experiência, conferiu profundidade e legitimidade -inestimáveis- à narrativa que estamos a elaborar. Aquela apresentara-se sob uma forma fragmentada, cada pedaço representando uma temporalidade da observação, antes de serem discutidos na parte final deste trabalho. Clifford (1986) propõe a noção de “verdades parciais” que representa a ideia de que um trabalho etnográfico não pode procurar uma verdade objetivante, algo em numerosos casos impossível devido às condições da participação-observação. Não obstante, este facto adquirido não tira por consequências a objetividade da investigação em si: multiplicar as fontes, as perspetivas, as narrativas, etc., cada uma considerada como um pedaço de verdade para alimentar um discurso académico não normativo.

#### **4.3.5. Notas finais**

Veiga Gomes (2015) nota que quase não existem documentos fotográficos e filmográficos no “lugar de infâmia” que é o Largo do Intendente. Devido às práticas informais que têm lugar, não parecia adequado utilizar estas ferramentas para acrescentar a este discurso. Algumas fotografias serão adicionadas visando ilustrar os dispositivos que participaram na securitização do espaço público. O mapeamento das ocupações espaciais será igualmente efetuado para mostrar as dinâmicas de apropriação e especificamente de privatização do espaço público.

Logo no início, realizar entrevistas formais ou semiformais apareceu como um método impossível de concretizar no nosso caso de estudo: ou era preciso entrevistar um número muito importante de pessoas devido aos usos múltiplos do espaço, ou um número limitado cada uma representante de um uso e de facto responsável de todas as outras que o partilham. Com o intuito de tomar a perspetiva do “dominado”, o carácter fechado ou dificilmente acessível do nosso terreno complicava ainda mais a utilização desta ferramenta da investigação. Na prática, esta narrativa tem origem nas inúmeras conversas e experiências que acumulámos ao

desenvolver este trabalho de pesquisa, conversas e experiências, que foram em grande medida transcritas em cadernos ou diretamente no computador. Como não fiz gravação áudio deste material, decidimos fazer falar a multidão de vozes num discurso indireto ou descritivo para não atraiçoar as suas palavras exatas.

Para além das questões existenciais concernindo o futebol, as entrevistas informais regulares tiveram conteúdos muito diferentes, consoante o interlocutor e o contexto em que foram realizadas. Pode ser tanto sobre o percurso de um ou do outro como sobre a evolução da situação ou de uma atividade específica. Na prática, tratava-se, por vezes inconscientemente, daquilo a que o filósofo da arquitetura Schwarte (2019 [2009]) chama clima ou ambiente, ou seja, o campo das relações complexas que ligam dinamicamente espaço social e espaço construído. Consequentemente, todos os dados que foram coletados e analisados durante este trabalho de pesquisa servem para destacar este campo através do prisma da segurança.

## **5. Apresentação dos dados**

### **5.1. Introdução**

Este capítulo tem como propósito analisar os dados recolhidos no decurso desta investigação, dados estes que tomaram várias formas e que temos de tornar legíveis. Na prática, divide-se em duas partes que representam cada uma um momento da pesquisa, cada fragmento alimentando o outro, e a construção dum discurso mais abrangente sobre espaço público e segurança. A primeira parte, dispositivos de segurança, assume a forma dum catálogo exaustivo dos dispositivos que foram implementados no espaço público no âmbito de aumentar o sentimento de segurança. Estes dispositivos e aparelhos de controlo surpreendem com as suas naturezas diversas, pelo que serão respetivamente identificados e classificados. A segunda parte, que se divide em três subpartes, consiste numa abordagem etnográfica das transformações urbanas e da perceção da segurança no Largo do Intendente. A primeira trata de relatar o conteúdo dos debates “Agora”, destacando as vozes que abordaram as questões de segurança. Enquanto momento reflexivo, dos atores dum bairro refletindo sobre as transformações do bairro, faremos a sua crítica a partir da experiência que tivemos no terreno. A segunda e a terceira partes consagram-se à Rua dos Anjos, na qual passámos seis meses, graças à nossa participação na Sirigaita. Essa é a parte mais literária desta narrativa proporcionando a

transcrição de várias experiências nossas neste espaço considerado como um traço do antigo Intendente. Ao transcrever estes testemunhos, pretendemos romper com a visão a preto e branco do antigo Intendente contra o novo Intendente, criando um discurso complexo sobre as transformações urbanas que este espaço público sofreu. Em última análise, serão abordadas as alterações nas dinâmicas de apropriação e nos ritmos ocorridas através a securitização do espaço público. Consequentemente, este capítulo propõe uma abordagem progressiva concentrando-se, em primeiro lugar, nas transformações físicas do espaço público e, em segundo lugar, tanto nos atores que ganharam visibilidade neste processo, como naqueles que dele são excluídos e nas práticas que ali têm lugar.

## **5.2. Dispositivos de segurança**

### **5.2.1. Campo de visão e iluminação pública**

O primeiro elemento, e provavelmente o mais primordial, que conduziu à securitização do espaço público consistiu em desimpedir o campo de visão de todos os potenciais obstáculos. Na prática, consistiu numa estratégia de remover os elementos do cenário como a antiga árvore que se manteve em frente ao Clube Desportivo (Veiga Gomes 2016). Enquanto o piso do Largo do Intendente era nivelado, a sua superfície foi coberta com calçada e lajes, ambas brancas, aumentando subjetivamente o alcance do olhar. De facto, cada uma das pessoas que passa no Largo do Intendente deve ser capaz de ver e ser vista pelas outras pessoas que ali se encontram criando um efeito de vigilância natural. À exceção da escultura, da qual falaremos numa das partes seguintes, nenhum componente do mobiliário urbano é grande o suficiente para esconder alguém, qualquer que seja a sua intenção.



*Figura 2 Campo de visão e iluminação pública no Largo do Intendente (Antoine Mandoux 2018)*

Um elemento importante deste dispositivo é o sistema de iluminação pública que deve permitir o reconhecimento do rosto de qualquer indivíduo a dez metros de distância durante a noite (Machado et al. 2011). Para este efeito, o sistema de iluminação foi redobrado: às tradicionais lanternas que iluminam o centro histórico de Lisboa foram acrescentados dezasseis candeeiros modernos. Estes candeeiros estão distribuídos de forma regular de forma a difundir, a partir dos seus três focos, uma luz branca sobre o espaço público. São equipados por uma tecnologia que permite regular a intensidade da luz segundo as necessidades (Lemos 2014). Além de proporcionar um bom campo de visão durante a noite, este dispositivo tem como função criar uma unidade de tempo e de lugar tal como no teatro clássico: compondo uma imagem homogénea na qual é fácil identificar um elemento estrangeiro. *“O projeto de iluminação visa proporcionar uma utilização em segurança do espaço, destacando elementos que se considerem importantes para o cenário e a simbologia do lugar”* (Lemos 2014:105).

Pouco a pouco, e à medida que os problemas de segurança se vão reduzindo, vários elementos de cenário surgiram na paisagem urbana: árvores crescendo lentamente, dois painéis sinaléticos, vedações entre as esplanadas, contentores de reciclagem, etc. No entanto, nenhum desses elementos é capaz de bloquear o campo de visão duma pessoa presente no Largo do Intendente. De facto, tornar o espaço público mais legível aumenta o sentimento de segurança (DGAJ 2012): os painéis sinaléticos marcam a “entrada” e a “saída” do Largo, as vedações os limites entre as esplanadas mas também entre elas e o espaço público. Isto está ligado a um



processo de privatização crescente do espaço público que, em contrapartida, contribui para a sua securitização.

### 5.2.2. Esplanadas e guarda-sóis

Em 2017, contávamos seis esplanadas que partilhavam, e partilham ainda hoje, uma parte significativa da área do Largo do Intendente: nomeadamente o “O das Joanas”, o “Café do Largo”, o “Bistrobar Joséphine”, o “E tem dente!”, o “Tiles Café” e o “Bar Lounge Infame” ligado ao restaurante gastronómico epónimo que pertence ao Hotel 1908. Em 2015, Marques (2015) contava só com a presença dos três primeiros, sendo que o número de esplanadas duplicou no espaço de dois anos. Estes três estabelecimentos instalaram-se entre 2012 e 2013 coincidindo com a fase inicial do projeto de reabilitação urbana.



Figura 3 Esplanadas, privatização e ocupação do espaço (Antoine Mandoux 2017)

Este processo de privatização do espaço público tem duas consequências em termos de segurança: (i) aumentar a vigilância natural do lugar e (ii) criar um nível intermédio entre “a ameaça e o alvo”. (i) Graças a cafés e lojas *trendy*, o Intendente atrai diariamente uma multidão de pessoas que vêm de Lisboa e arredores ou do estrangeiro. Estes consumidores, graças à sua simples presença, aumentam o efeito de vigilância natural segundo o princípio de que uma pessoa com más intenções não quer ser vista (DGAI 2012). (ii) Através da privatização do espaço público, criou-se um nível intermédio de controlo sobre o território representado pelos gerentes e empregados destes estabelecimentos. Sem ter um papel oficial na segurança, intervêm

frequentemente para proteger os seus clientes do incómodo produzido pelos marginalizados. Observámos uma tendência a ter-se uma postura mais firme em relação aos marginalizados que se explica parcialmente pela concorrência crescente entre os vários comércios e porque aqueles que se estabeleceram a partir de 2015 não têm a “consciência social” do lugar no qual se instalaram. Os primeiros eram integrados no projeto de reabilitação urbana do Intendente, enquanto os segundos respondem unicamente a uma lógica de investimentos económicos.

### 5.2.3. Obras de arte

“Kit Garden” é uma instalação permanente produzida pela artista portuguesa Joana Vasconcelos, inaugurada em 2012, que se integra no projeto de reabilitação urbana do Largo do Intendente. Com uma dimensão de 13,6m por 6m, é composta por uma sebe de louro odorífero, de ferro forjado vermelho e de bancos públicos de madeira, proporcionando, segundo a autora, um espaço multifuncional de intimidade no contexto urbano<sup>29</sup>. Esta obra faz parte da estratégia de revitalização do espaço público com o intuito de atrair visitantes e criar um sentimento de pertença no lugar (Lemos 2014). Na teoria, esta relação de pertença produz um espaço bem mantido pelos seus utentes de forma a aumentar o sentimento de segurança (DGA 2012; Machado e al. 2011).



*Figura 4 Instalação artística permanente (Antoine Mandoux 2018)*

---

<sup>29</sup> <http://joanavasconcelos.com/info.aspx?oid=2195>

A presença desta instalação no Largo do Intendente é polémica, como salienta a sua evocação nos debates e durante a reunião na Junta de Freguesia. O seu sucesso encontra-se na capacidade dos utentes em apropriar-se deste espaço específico, tornando-o num espaço vivido e positivo (Lemos 2014). De facto, esta lógica de pertença ao território entra em conflito com a ideia de vigilância natural oferecendo lugares escondidos. Esta instalação permanente não estava originalmente destinada para o Largo do Intendente, mas por múltiplas razões que não valem a pena serem explicadas, acabou por ficar.

As nossas observações comportam esta dinâmica de apropriação do território devido aos diferentes utentes que tomam posse dela ao longo do dia. Na realidade, esta instalação oferece um lugar de intimidade relativa (a sebe tem 1,45m de altura) que permite uma multiplicidade de práticas de aí terem lugar: desde as que são vistas como positivas como as que o não são. Consequentemente, pode ser entendida como um tipo de indicador das transformações que atravessa o Intendente que permite ver usos do espaço que pareciam ter desaparecido.

#### 5.2.4. Festividade



Figura 5 Programa do Bairro Intendente em Festa

Veiga Gomes (2016) destaca o papel desempenhado por manifestações culturais e, mais especificamente, por festivais musicais, na mudança de perceção no imaginário coletivo do Largo do Intendente. Este tipo de eventos traz de forma efémera uma multidão de espectadores para o espaço público aumentando, temporariamente, este efeito de vigilância natural. Consequentemente, e segundo as nossas observações, as práticas informais, especificamente a venda e o consumo de droga, permaneceram, mas de maneira mais difusa numa zona geográfica mais extensa. De facto, a tensão existente nos lugares de venda, mais palpável ao final da

tarde e durante a noite, tendia a reduzir-se um pouco.

Estas manifestações culturais têm como efeito encenar o aspeto multicultural do espaço ou enfatizar o seu carácter “na moda”. Paradoxalmente, a hipervisibilidade da qual beneficia o Intendente tende a invisibilizar as práticas informais que permanecem no território e que atraem um público marginalizado. Em filigrana, levantam-se as perguntas de adesão dos utentes frequentes do espaço público e da representatividade das entidades organizadoras na gestão deste tipo de eventos. Além da vigilância natural induzida através os olhares, estabelece-se um jogo difuso de reconhecimento e de controlo social devido ao processo de hipervisibilidade que o Intendente está a sofrer. De facto, a hipervisibilidade do Intendente, em grande parte gerada pela multiplicação das manifestações destinadas a um público não residente, acentua a transformação do território atual: abertura de lojas *vintage*, hotéis de luxo e agências imobiliárias. O símbolo mais significativo desta transformação encontra-se na proliferação das caixas automáticas ATM numa zona geográfica reduzida que cobram taxas aos cartões estrangeiros.

#### **5.2.5. Policiamento e fiscalização**

Uma estratégia específica de policiamento e de fiscalização desenvolvido tanto pela Junta de Freguesia como pela Polícia Municipal está em vigor no Largo do Intendente. Faz parte do leque de espaços públicos que são objeto de policiamento, ou seja, entre dois e quatro polícias, geralmente combinando agentes municipais e da PSP, vigiam o lugar de forma permanente (à exceção de algumas horas durante a noite). As nossas observações mostraram que têm uma atitude mais dissuasiva que proactiva, intervindo somente em casos de violência manifesta ou quando lhes é solicitada a intervenção. O número de agentes aumenta durante as manifestações culturais que ocorrem no espaço público durante o Verão, patrulhando a zona que compreende o Largo e as ruas adjacentes.

A presença policial permanente tem como consequência um controlo estrito dos horários de funcionamento dos estabelecimentos abertos durante a noite, tática que se encaixa numa estratégia de fiscalização sistemática. Esta estratégia, implementada durante o processo de reabilitação urbana, visa pressionar os estabelecimentos existentes e encerrar os que apresentam irregularidades. De facto, estas discotecas e bares de dança são ainda hoje considerados como lares para atividades informais que fizeram a reputação desta zona urbana. As horas de abertura aplicadas são diferentes das do resto da cidade, fechando uma hora mais cedo para evitar a presença de pessoas nas ruas durante a noite. No entanto, são concedidas

muitas derrogações, como durante certos eventos culturais que aí têm lugar ao ar livre ou para estabelecimentos que não têm abertura sobre a rua (como a Casa Independente). Estas regras não impediram o Largo do Intendente de se registar no mapa dos lugares de festa, atraindo uma multidão impressionante todos os fins-de-semana, e isto quando o tempo o permite.

### **5.3. Espacialização e apropriação do espaço**

#### **5.3.1. Um espaço em debate**

Em Julho de 2017, realizou-se a primeira edição dos debates “Agora” sobre o Largo do Intendente, no âmbito do festival Bairro Intendente em Festa. Esta iniciativa surgiu da falta de espaço para a reflexão no contexto de uma cidade e de um lugar em intensa fase de transformação. Ao reunir os atores destas transformações em torno da mesma mesa, pretendeu-se criar este espaço de reflexão com o intuito de se criarem meios de reapropriação face a um movimento que muitas vezes parece incontrolável. Os organizadores desta série de debates são, nomeadamente, Hélène Veiga Gomes, de quem já falámos, Marta Silva e Tiago Saraiva, ambos membros da cooperativa do Largo. Participar na produção desses eventos permitiu-nos conhecer os diferentes intervenientes, criando um nível intermédio de interconhecimento: não completamente anónimo, mas sem ser conhecido (Trémoulinas 2007).

Cada debate centrou-se num verbo – “Habitar”, “Associar”, “Ocupar” e “Juntar” – usado para descrever cada um dos diferentes aspetos das transformações urbanas que moldam a cidade e o Largo do Intendente. Cada debate reuniu quatro a cinco “convidados”, metade dos quais eram atores locais e a outra metade investigadores de questões urbanas, além de dois “agentes provocadores” cujo papel era facilitar o diálogo. As pessoas que desempenham esse papel foram escolhidas porque compartilham uma relação especial com o Intendente: um espaço que é o seu lugar de trabalho ou de residência. Além disso, no final de cada debate, foi-lhes pedido que apresentassem um resumo das várias questões levantadas pelos intervenientes e pelo público, no qual se pudessem basear para elaborar um relatório. Estas sínteses foram úteis na elaboração da narrativa seguinte, permitindo-nos destacar alguns argumentos comuns ou partilhados pela maioria das pessoas presentes. Em termos concretos, este ciclo de debates teve lugar todas as quintas-feiras de Julho de 2017, das 17h às 19h, no centro do Largo do Intendente, com cerca de cinquenta cadeiras dispostas em dois ou três círculos concêntricos.

A primeira observação a ser feita é a ausência acentuada de certos atores-chave na produção diária deste espaço urbano: as autoridades públicas, e especificamente representantes

políticos, a comunidade bengali-paquistanesa, as pessoas mais marginalizadas e estigmatizadas. Quando não se trata de uma recusa pura e simples, a dificuldade de encontrar uma pessoa capaz de representar a sua comunidade ou grupo social explica em grande parte essa ausência. A segunda observação que se revelou complicada para a maioria das partes interessadas consiste em falar sobre os problemas sociais que afetam o Largo do Intendente. Eram acima de tudo pessoas que tinham uma certa relação íntima com o espaço, como residentes históricos ou membros de associações, muitas vezes colocando nos seus discursos a violência física, a toxicodependência e a insalubridade do espaço. Durante o terceiro debate, António Guterres, de quem já falámos, recordou que um espaço público é acima de tudo um espaço emocional e que isso é necessário para o poder compreender de modo a nomear os males que o afetam.

A imagem do Largo do Intendente está ainda estreitamente ligada ao tráfico e ao consumo de produtos estupefacientes dentro dos quais se encontram, em primeiro lugar, o *crack* e a heroína, ambas drogas da pobreza (Davis 2006b [1992]; Wacquant 2004). Ainda no decurso da sua intervenção, António Guterres afirmou que a questão colocada por um toxicodependente deve ser abordada a três níveis: como uma ameaça potencial, um problema social e o de um parente, familiar ou amigo. O que emergiu das intervenções de Rosa e Belmira, duas residentes históricas, não foi tanto serem vítimas diretas da violência que esse tráfico produz, mas testemunhá-la diariamente. Elas referiram-se constantemente a todos os transtornos causados pelo uso e venda de drogas: ruído permanente, passagens em escadas, gritos e corpos debilitados. Há algo como o sentimento de pertença a um bairro ainda conotado negativamente e, sobretudo, de não ter beneficiado plenamente da reabilitação do ambiente urbano. É verdade que mesmo que o tráfico tenha diminuído em quantidade, concentra-se quase exclusivamente a meio da Rua dos Anjos e ao fundo da Rua do Benfornoso, duas zonas altamente residenciais, enquanto o Largo do Intendente é pouco povoado, além dos turistas... Por consequência, as questões ligadas aos estupefacientes ficam não só percebidas como um problema material, mas também como um sinal aparente do estado passado e negativo associado ao Largo, e ainda como fruto de negligência por parte dos poderes públicos.

### **5.3.2. A Rua dos Anjos**

A Rua dos Anjos, assim como o fundo da Rua do Benfornoso, apareceram várias vezes durante os debates como os últimos vestígios do Largo do Intendente considerados como lugares de infâmia. Com efeito, estes dois lugares ainda concentram os principais locais onde se pratica a prostituição e a venda de droga, e os últimos bares que sobreviveram à reabilitação da zona.



De facto, as práticas que constituíram a imagem negativa do Largo do Intendente e que hoje desapareceram por completo, têm aí lugar ao ar livre, neste processo de hipervisibilidade – invisibilidade que Veiga Gomes (2016) destacou. Este jogo de contrastes reforça ainda mais o olhar no seu papel de mecanismo de reconhecimento e controlo social (Brighenti 2007). Nesta narrativa, a Rua dos Anjos tornou-se a figura de práticas que, embora sejam aí visíveis, são difundidas pela área do Intendente e se encontram de forma significativa numa zona estendida entre o Martim Moniz e a Igreja dos Anjos.



*Figura 6 Fim da tarde na Rua dos Anjos (Antoine Mandoux 2018)*

Durante a conceção deste trabalho, conhecemos uma série de pessoas que frequentam a Rua dos Anjos mais ou menos diariamente, principalmente durante os seis meses que passámos na Sirigaita. A primeira coisa que nos marcou foi a diversidade de perfis e percursos que conseguimos descobrir longe da imagem simplista que por vezes é transmitida, diversidade que Veiga Gomes (2016) já tinha observado ao longo da sua tese de doutoramento. Segundo ela, *“as prostitutas não representam um grupo homogéneo de mulheres: a sua origem, o seu*

*passado, o seu grupo etário remetem-nas para categorias sociais distintas*<sup>30</sup> (Veiga Gomes 2016:99), observação que, de acordo com nossos encontros, podemos estender aos outros grupos sociais que frequentam a Rua dos Anjos e, mais geralmente, a zona do Intendente. Como resultado, a Rua dos Anjos não concentra apenas questões relacionadas à prostituição e à toxicodependência, mas também todas as dificuldades que se encontram em bairros pobres: baixo rendimento, alojamento degradado, discriminação racial, falta de documentos, doenças mentais, deficiências físicas. Estudando o bairro da Mouraria, que tem dinâmicas semelhantes com o Largo do Intendente, Menezes (2004) já tinha feito este tipo de observações relativamente às problemáticas sociais que aí se acumulam numa forma ou noutra.

Ao tomar a nossa conta a imagem de uma cidade invisível (Guterres e De Sousa 2018), podemos pensar que a Rua dos Anjos acaba por ser percebida como um lugar acolhedor por esses grupos sociais mais estigmatizados e marginalizados. Não se trata de evitar nem a precariedade nem a violência que é vivida, em primeiro lugar, por esses mesmos grupos e, em menor medida, por outros grupos sociais com os quais convivem: habitantes menos precários, empregados de mesa e outros trabalhadores, consumidores de passagem, etc. Ao estudar o “People’s Park”, Mitchell (2003) mostrou como a alegada criminalidade que justificava a intervenção das autoridades públicas era muito mais fantasmagórica do que real e como esse espaço público se tinha tornado num dos últimos lugares acessíveis às pessoas mais vulneráveis. Embora as questões relevantes relativas aos estupefacientes, a Rua dos Anjos aparece numa cidade ordinária como Lisboa cujo planeamento urbano é cada vez mais ligado a interesses especulativos e turísticos, sofrer o mesmo tipo de destino. Já em 2000, António Guterres escrevia, no relatório do levantamento efetuado na zona do Intendente, que a melhoria da situação *“implicava a recuperação do edificado, mas também o apoio social indicado”*<sup>31</sup> (Veiga Gomes 2016:113). Na prática, esta vertente do projeto de reabilitação urbana que consistia num apoio social dirigido às problemáticas que afetam o Intendente, não foi desenvolvida.

### **5.3.3. Ritmos e espacialidade**

É difícil caracterizar um espaço como o Largo do Intendente porque surge na cidade como uma encruzilhada, uma plataforma onde se cruzam dinâmicas urbanas de vários tipos. A

---

<sup>30</sup> « Car les prostituées ne représentent pas un groupe de femmes homogènes : leur origine, leur parcours, leur classe d’âge les renvoient à des catégories sociales distinctes » (Veiga Gomes, 2016 : 99).

<sup>31</sup> « (...) la récupération du bâti mais aussi l’accompagnement social indiqué » (Guterres citado in Veiga Gomes 2016 :113).



intensidade do movimento que transformou esta área geográfica torna o trabalho de observação ainda mais complexo, uma vez que o que era verdade ontem já não é necessariamente verdade hoje e o que é verdade hoje, muito menos o será amanhã. A evolução em termos de segurança, entendida como um sentimento, uma percepção, não é um movimento linear nem progressivo cujo ponto de partida seria este lugar de infâmia para depois alcançar o atual Intendente. Na prática, as atividades informais e ilegais que foram associadas ao nome do Intendente, embora se tenham tornado menos relevantes, continuam a existir e a coexistir com novas formas de experienciar o espaço. À reunião realizada na Junta de Freguesia a 24 de Julho de 2017 seguiu-se, por exemplo, o lançamento de uma petição e a publicação de vários artigos na imprensa denunciando o agravamento da situação em termos de salubridade e de delinquência.

A vida quotidiana do Largo é fortemente influenciada pelo ritmo dos horários dos estabelecimentos que o rodeiam. Os primeiros dias da semana, alguns dos quais fechados, são geralmente menos frequentados, ao passo que com o aproximar do fim-de-semana, a multidão regressa em grande número. Durante a semana, não é incomum ver o espaço vazio depois da meia-noite ao passo que, nos fins-de-semana, as pessoas costumam frequentar a zona até bastante mais tarde. Uma das vantagens do Largo são os seus terraços, que estão cheios de gente da Primavera ao Outono, o que se deve ao fluxo de turistas. Sendo que o plano de segurança da zona se baseia maioritariamente no conceito de vigilância natural, estes ritmos de passagem no espaço público são importantes.

Além disso, as atividades informais na área do Intendente também são regidas por formas de ritmos como a prostituição de rua ou a venda e uso de drogas. Os roubos quase exclusivamente relacionados com questões ligadas à droga há muito que fazem parte da vida quotidiana, flutuando com a melhoria e o agravamento da situação na área geográfica. Na Sirigaita, fomos confrontados várias vezes com este tipo de ação, dentro e fora do espaço, o que pode ser interpretado como uma forma de conflito ou comunicação entre diferentes grupos sociais. A chegada de um público transitório, e mais rico também, criou um novo tipo de delinquência que já não está diretamente relacionada com as atividades que tradicionalmente ocorriam no Intendente. Trata-se principalmente de carteiristas que operam em zonas turísticas da cidade e que acabaram por chegar ao Largo (factos que foram relatados na reunião sobre segurança da Junta de Freguesia). Estes factos, ainda que marginais, levantam questões sobre a securitização do espaço público e a capacidade de adaptação de atividades como estas que aí têm lugar.

## 6. Discussão dos dados

### 6.1. Regeneração urbana e securitização

#### 6.1.1. Securitização do espaço público

A reabilitação e a valorização do ambiente construído fazem parte da estratégia de securitização do espaço público. De facto, os dispositivos e táticas utilizados para atingir este objetivo vão muito além dos meios tradicionais utilizados pela segurança pública. Trata-se de um mecanismo de vigilância natural, de um sentido de pertença ao espaço, da constituição de um público legítimo e de uma boa gestão do lugar. Esses princípios, que foram promulgados pelo movimento de planeamento urbano CPTED, estão incorporados numa série de dispositivos e aparelhos que surpreendem pela sua diversidade. Trata-se da instalação de uma obra de arte e de um sistema de iluminação, sinalização, mobiliário urbano, cafés e lojas na moda. O papel dos eventos culturais é também muito importante neste processo, pois, além de atraírem efemeramente uma grande multidão, transformaram a imagem do Largo do Intendente na consciência coletiva. Por fim, resta apenas a tática da fiscalização e do policiamento, que são, em si mesmos, da responsabilidade das forças policiais.

Este papel de regeneração urbana foi reafirmado numa reunião realizada a 24 de julho de 2017 na Junta de Freguesia sobre o agravamento da situação em torno do Largo do Intendente. Perante as perguntas dos residentes e dos comerciantes, os dois representantes da polícia só puderam reconhecer a sua impotência face aos meios materiais e, sobretudo, jurídicos de que dispõem atualmente. Quanto à Rua dos Anjos, expressaram o seu apoio à renovação do espaço público como um pré-requisito para a eficácia da sua ação.

#### 6.1.2. Política de guarda-sol

De 2015 a 2017, o número de esplanadas duplicou e acabou por ocupar durante o dia uma grande parte da superfície disponível no Largo do Intendente. Como resultado, a presença desses crescimentos privados no espaço público tornou-se cada vez mais duradouro. Uma série de vedações inamovíveis floresceu na praça pública para determinar o espaço designado em cada um dos estabelecimentos. Além de vasos de plantas e barreiras de *plexiglass*, algumas das mesas, cadeiras e guarda-sóis já não são armazenados à noite. É uma ocupação cada vez mais permanente do espaço público por entidades privadas que, além de aumentar a vigilância

natural, transforma a relação do utilizador com o espaço, limitando-o a um papel de consumidor. Os processos de privatização e securitização do espaço público, mais do que se reforçar mutuamente, trabalham lado a lado, como já o tinham reparado Low e Smith (2006) e Mitchell (2003).



Figura 7 Mapeamento das esplanadas e das funções dos prédios em 2015 (Mandoux, Google Maps)



Figura 8 Mapeamento das esplanadas e das funções dos prédios em 2017 (Mandoux, Google Maps)

Mitchell (2003) mostrou como a instalação de equipamentos desportivos podia ser usada para constituir um público legítimo, por um lado, e para excluir marginalizados e *persona non grata*, por outro. A concessão da sua gestão e manutenção a entidades públicas ou privadas implica o estabelecimento de condições e regulamentos de acessibilidade e utilização. No nosso caso, os gestores e servidores dos estabelecimentos constituem um nível intermédio de controlo entre os seus clientes e as pessoas marginais que frequentam o Largo, mas também com a autoridade pública em geral.



Figura 9 Exemplos de vedações inamovíveis delimitando as esplanadas (Antoine Mandoux 2018)

Uma das vítimas colaterais da crescente privatização do espaço público é, como escreve Ricardo Rodrigues no Notícias Magazine, Gabriel, seu vizinho de 11 anos, que já não tem lugar para jogar futebol (Rodrigues 2017). O autor deste artigo online, que era também um "agente provocador" num dos debates da AGORA, escreve como jornalista e habitante da área do Intendente. De facto, não são apenas as pessoas marginalizadas que, através do jogo cruzado da privatização e da securitização do espaço, têm de abandonar o lugar. O facto de as crianças já não terem um lugar para jogar à bola é tanto mais simbólico quanto o seu regresso após um longo período de degeneração foi uma metáfora para a melhoria da situação. Consequentemente, a distinção já não é feita apenas entre públicos legítimos e marginais, mas também entre consumidores e não-consumidores.

### 6.1.3. Espírito pioneiro e alto padrão

Veiga Gomes (2016) salientou que os primeiros estabelecimentos a instalarem-se no Largo uma vez concluída a renovação do espaço físico, em 2012, foram habitados por um verdadeiro espírito pioneiro. Ainda que poucos em número, tiveram de se situar num contexto



que tinha tudo para ser hostil, o que implicava ter uma certa consciência social do lugar. A Cooperativa do Largo é um bom exemplo destes primeiros pioneiros que centraram o seu trabalho em três áreas: criação artística, atividade económica e promoção sociocultural. Marta Silva, uma das fundadoras da Cooperativa, salientou num dos debates que se tornava cada vez mais difícil organizar manifestações no espaço público devido à redução do espaço disponível e ao aumento do número de atores envolvidos. De facto, as lojas e os cafés da moda que mais tarde se mudaram para o Largo já não partilhavam este espírito e eram sobretudo guiadas por interesses económicos. Ao passar de um *status* de invisibilidade para hipervisibilidade, o Intendente tornou-se numa área muito atraente da cidade para os investidores de todas as faixas.



*Figura 10 Palacete do Intendente Pina Manique e especulação imobiliária*

Uma vista de olhos rápida nos *sites* da Ran Capital e da Vogue Homes dá-nos uma ideia do que serão os habitantes do Largo do Intendente de amanhã. A Ran Capital é uma empresa cujo papel é procurar investidores privados internacionais, prometendo-lhes rentabilidade rápida e elevada e que está atualmente a apostar no mercado imobiliário de Lisboa. A Vogue Homes é a filial portuguesa de uma empresa internacional de promoção imobiliária especializada em apartamentos de luxo e condomínios fechados. Este caso é tanto mais simbólico quanto estas empresas invadem o palácio do Intendente Pina Manique e despejam o Sport Clube Intendente, uma das mais antigas comunidades da zona.

Não é o único empreendimento imobiliário deste tipo na zona do Intendente, cada um com várias dezenas de apartamentos de luxo para uma classe social elevada e internacional. A chegada dessas centenas de novos habitantes pode entrar em conflito não apenas com a população mais marginalizada e estigmatizada, mas também com as iniciativas e eventos culturais que ocorrem no espaço público. Pouco a pouco, algo que chamamos de consciência social do lugar vai-se perdendo, que seria a consciência de pertencer a um lugar que tem um passado recente e problemas sociais, não significando o seu “afastamento” que estes estejam resolvidos. Isto terá, sem dúvida, consequências na forma como a securitização do espaço público é abordada e implementada.

## **6.2. Inventar o Bairro Intendente?**

### **6.2.1. O Bairro contra os outros**

Em abril de 2019, recebemos, através do e-mail da Sirigaita, uma petição solicitando a internação compulsiva de um toxicodependente conhecido por todos nos arredores do Largo. A petição foi divulgada através da *mailing list* da plataforma Bairro Intendente e denuncia a sua atitude cada vez mais agressiva e as repetidas altercações com ele. É a expressão de um grupo de habitantes e de comerciantes esmagados pelo agravamento da situação que, de uma forma ou de outra, tenta expulsar o outro, na figura deste último. O nascimento da plataforma Bairro Intendente é particularmente emblemático da criação deste grupo heterogéneo de atores na transformação do Largo.

O Bairro Intendente nasceu em 2014 da vontade de vários atores, a maioria deles recém-chegados, mas que também trabalhavam há muito tempo para coordenar as suas ações e organizar eventos culturais e promocionais. Com o festival Bairro Intendente em Festa, organizado em colaboração com a EGEAC, o órgão de produção cultural da Câmara Municipal de Lisboa, esta plataforma informal institucionalizou-se enquanto meio de comunicação privilegiado com os poderes públicos. De facto, várias questões surgem em torno deste grupo, que só existe formalmente na Internet (Facebook, website e e-mail), em termos de legitimidade e representatividade e, entre as linhas, a questão flyvbjergiana de quem ganhou e perdeu com o projeto de reabilitação urbana.

O site do Bairro Intendente, cujo uso exclusivo é a promoção do festival homónimo, explica que este festival é o resultado de "*um colectivo de entidades, as quais estão intimamente ligadas ao processo de reabilitação da zona do Intendente – um lugar cada vez mais ocupado*

por todos<sup>32</sup>". De facto, o uso deste "tudo" é problemático, uma vez que, como aponta Mitchell (2003), ele assenta mais frequentemente na exclusão de pessoas marginalizadas e estigmatizadas. O que este "tudo" significa é este público legítimo que respeita as regras tácitas que regem o comportamento e o consumo num espaço público revitalizado (Delgado 2016). O discurso neoliberal sobre os espaços urbanos é reiterado inconscientemente, afirmando que, para garantir seu acesso a "todos", outras pessoas, estigmas de pobreza ou ameaças potenciais devem ser excluídos.

### 6.2.2. Encenação do espaço

Nomear algo nunca é um gesto anedótico e o nome Bairro Intendente é particularmente significativo neste processo que chamamos de encenação do espaço, ou seja, determinar um espaço urbano não como uma produção geo-histórica mas como o que ele sempre deveria ter sido e como uma expressão natural de si mesmo. O nome Intendente foi afixado a uma pessoa histórica, a um largo com o mesmo nome, a uma estação de metro, mas nunca foi considerado um bairro por direito próprio (Veiga Gomes 2016). De facto, tomar o nome do Bairro Intendente no contexto do nascimento ou renascimento deste espaço público no imaginário urbano é ainda mais significativo quando se tem em conta o conceito português de *bairrismo*. Esse conceito de bairrismo, que remonta à ditadura, concretiza-se na idealização de uma parcela do território urbano que se expressaria através de uma série de práticas e particularidades endógenas, que seriam transmitidas em lugares de socialização com inúmeras comunidades e por uma população residente historicamente estável (Menezes 2004; Veiga Gomes 2016). *"Este gesto quer dizer colocar o Largo do Intendente nesta categoria urbana que funde a soma dos seus habitantes numa entidade a priori homogénea e cuja dinâmica portuguesa remete para o que foi identificado anteriormente como bairrismo"*<sup>33</sup> (Veiga Gomes 2016:439).

A sigla Bairro Intendente, BI, é amplamente utilizada na comunicação da plataforma e, como nos aponta (Veiga Gomes 2016), refere-se em linguagem corrente ao Bilhete de Identidade. De facto, os nomes dos estabelecimentos que povoam o Largo e os seus arredores expressam algo sobre como o espaço é representado no imaginário coletivo. Aqueles que se estabeleceram nos anos 1980 chamam-se *"o Lindoso, o Kanguru, o Cantinho, o Galáctico, o*

---

<sup>32</sup> <https://bairrointendente.pt/historia/>

<sup>33</sup> « Ce geste revient à place le Largo do Intendente dans cette catégorie urbaine qui fusionne la somme des habitants en une entité a priori homogène et dont la dynamique portugaise renvoie à ce que l'on a précédemment identifié comme bairrismo » (Veiga Gomes, 2016 : 439).

*Beiras, o Crazy Times, o Mouro, o Istambul, o Chafariz, o Tominho, o Beira de Ouro, o Sarriá, o Palma, o Primavera, o G.T. [...] num atlas toponímico que deixa ver não só a quantidade mas também o alcance do imaginário que aí é colocado, a meio caminho entre regionalismo e exotismo*<sup>34</sup> (Veiga Gomes 2016:97). Se fizermos o mesmo exercício hoje, encontramos vários imaginários que podemos categorizar segundo três sentimentos: pertença ao lugar, com ou sem jogos de palavras (Café do Largo, Casa Independente ou E tem dente), familiaridade (O das Joanas ou Joséphine) e enfatizando a história do Largo (Viúva Lamego, Tiles Bar ou Hotel 1908). Uma quarta categoria surgiu, no início de 2017, com a abertura do restaurante/lounge bar do “Hotel 1908” e que se nomeia “Infame” referindo-se diretamente à má-fama que outrora afetou o Largo. Não se trata aqui só da procura de uma marca de identidade e de autenticidade, mas de inverter completamente o selo de “lugar de infâmia”. A infâmia do lugar não se incarna mais em corpos deformados pela droga mas num restaurante gastronómico que quer “[beber] da infame fama do bairro do Intendente e (...) apresentá-la reinventada”<sup>35</sup> (Infame, website).



Figura 11 Infame Restaurante Lounge Bar (Antoine Mandoux 2018)

<sup>34</sup>« Le Lindoso, le Kanguru, le Cantinho, le Galáctico, le Beiras, le Crazy Times, le Mouro, l’Istambul, le Chafariz, le Tominho, le Beira de Ouro, le Sarriá, le Palma, le Primavera, le G.T. sont les noms des nouveaux établissements qui apparaissent alors le long de l’axe Benfornoso-Anjos, dans un atlas toponymique qui donne à voir non seulement la quantité mais également la portée de l’imaginaire qui s’y accole, à mi-chemin entre régionalisme et exotisme » (Veiga Gomes 2016 : 97).

<sup>35</sup>Website do Restaurante & Bar lounge Infame (<https://infame.pt/pt/historia/>)



A encenação do Intendente, mesmo dos seus aspetos mais obscuros, dá o efeito de um espaço homogêneo, cujos problemas sociais que o assolam são ou relegados a elementos definidos ou simplesmente excluídos. Se acrescentarmos a este processo a criação de um público consumidor legítimo e um efeito panótico criado pela vigilância natural e pelo sistema de iluminação, o resultado é esta unidade de tempo e de lugar excluindo todas as formas de alteridade ou de ser diferente.

### 6.2.3. Encruzilhada de mundos

Os festivais e eventos culturais foram um dos instrumentos utilizados para completar a reabilitação do Largo do Intendente, tornando-o atrativo e realçando o seu carácter multicultural. A multiculturalidade tem sido um dos principais eixos em torno dos quais se tem articulado este processo de reabilitação urbana, promovendo uma variedade de projetos locais, sociais e artísticos. Como enfatiza Nuno Rodrigues, referindo-se aos trabalhos de Marluce Menezes e Maria Manuela Mendes, *“esta imagem e significado da multiculturalidade não é de todo pacífica e isenta de contradições”*, sendo que se integra em processos opostos de emblematização e de estigmatização (Rodrigues 2014:90). O festival TODOS, que foi o primeiro a assumir o Largo em 2009, é um excelente exemplo desta encenação de multiculturalidade: por um lado, conta com a participação das comunidades locais e envolve-as no processo criativo e, por outro lado, é financiado pela Câmara Municipal de Lisboa para promover áreas urbanas degradadas. Este tipo de evento, que atrai um grande público, mas que por vezes luta para ganhar o apoio dos habitantes do bairro, enfatiza a imagem de uma cidade cosmopolita através da estetização da sua diversidade (Estevens 2017; Rodrigues 2014; Veiga Gomes 2016).

Estes eventos baseiam-se em duas dinâmicas aparentemente contraditórias, mas que se complementam muito bem: de um lado, desmistificar o estigma e o “perigo” que marcam estas áreas populares e “exóticas” da cidade e, do outro, valorizar simbólica e economicamente o “étnico” (Estevens 2017). De certa forma, passamos de um imaginário com referências ao exótico e ao estranho, ou seja, composto de “estrangeiros”, para uma imagem lisa étnica e cosmopolita. Em consequência, este processo de hipervisibilidade que enaltece as diversidades étnicas e culturais, *“contrasta com o tratamento reservado aos outros grupos discriminados e/ou estigmatizados do Intendente”*<sup>36</sup> (Veiga Gomes 2016:427). Na prática, se algumas formas de

---

<sup>36</sup> « Enfin, l’effort d’hipervisibilité des migrants vivant dans cette aire urbaine contraste avec le traitement réservé aux autres groupes discriminés et/ou stigmatisés d’Intendente » (Veiga Gomes 2016 : 427).

marginalidade foram legitimadas e se tornaram emblemáticas desta área urbana, outras viram, por contraste, os seus processos de invisibilidade e de estigmatização reforçados.

## 6.3. Cidade branca/Cidade negra

### 6.3.1. Paradigma branco

O efeito de homogeneidade produzido pela luz branca emitida pelos candeeiros é reforçado pela “brancura” dos materiais utilizados no espaço público. O pavimento do Largo do Intendente é composto dum conjunto de calçada de vidro branco e de lajetas em pedra lioz (Lemos 2014). O vidro branco e negro é geralmente utilizado em mosaico na calçada que cobre os passeios dos bairros históricos de Lisboa, conferindo-lhes assim o seu carácter autêntico. A pedra lioz é uma pedra calcária de cor branca que em lajetas retangulares produz um reflexo brilhante, como o de uma fotografia. Os bancos públicos que foram estabelecidos nas obras de renovação do Largo são feitos da mesma matéria.

Além disso, a maioria das fachadas dos edifícios situados no Intendente são brancas ou de cores claras, reforçando esta impressão de unidade de lugar. O Hotel 1908 é um exemplo paradigmático deste movimento com a sua fachada à maneira da *Art Nouveau*, de tonalidade clara, valorizada à noite por um complexo sistema de iluminação branca e azul. Apesar dos vários estilos arquitetónicos presentes no Largo do Intendente, o efeito geral produzido pelos diversos elementos que o compõem é um de uniformidade e de homogeneidade.

Rotbard (2015) destaca o uso da cor branca nas várias vertentes do movimento modernista e sobretudo em territórios colonizados. Na prática, o branco tornou-se a cor padrão da arquitetura europeia e uma ferramenta urbanística que reforça a dominação colonial e o seu carácter supostamente normal e pacífico. *“O branco é não só a soma universal de todas as cores, mas, acima de tudo, a cor para substituir todas as outras, para anulá-las, para apagá-las. A arquitetura branca tornou-se a reflexão-fantasia do movimento modernista; uma fantasia que sugere inovação e que projecta uma imagem do mundo como simultaneamente europeu, internacional e universal”*<sup>37</sup> (Rotbard 2015:126).

---

<sup>37</sup> “White is not only the universal sum of all colours, but above all else, the colour to replace all others, to cancel them out, to erase them. White architecture became the fantasy reflection of the modern movement; a fantasy that suggested innovation and which projected an image of the world as European, international and universal, all at the same time” (Rotbard, 2015: 126).

A unidade de lugar produzida, entre outros, pela “brancura” dos materiais utilizados – pedra e luz – na requalificação do Largo do Intendente, reforça o seu carácter autêntico e, por consequência, atrativo, dum lado, e fá-lo aparecer como um espaço *fisicamente* e *socialmente* homogéneo, do outro. Este cenário aumenta o sentimento de pertença ao lugar e a criação dum público legítimo e, de facto, faz com que os “outros” pareçam ainda mais estranhos e indesejáveis.

O Largo do Intendente sempre foi uma plataforma onde várias práticas e dinâmicas se encontram. Uniformizando a sua função de espaço turístico e de consumo excluem-se dele alguns daqueles que o usam e habitam quotidianamente. Esta uniformização funcional passa pela produção dum espaço e dum cenário homogéneo, através da luz e da matéria.

### **6.3.2. Público heterogéneo**

A dialética da cidade branca/cidade negra impõe-se de forma temporal e espacial na interação das representações evocadas pelo Largo do Intendente: a imagem do atrativo Largo de hoje em contraste com a do lugar de infâmia de ontem, a imagem do Largo enquanto tal em contraste com a da Rua dos Anjos (e dos outros lugares ainda degradados na zona). Neste conjunto de representações, a cidade negra inclui tudo o que não pôde ser valorizado e encenado durante a reabilitação urbana do espaço público e que está efetivamente excluído dele (Roßbard 2015). Esta ideia está em consonância com o estatuto de hipervisibilidade adquirido pelo Largo, que rejeita, sob um véu de invisibilidade, os estigmas que o caracterizaram (Veiga Gomes 2016).

Por outro lado, a cidade branca incorpora esse espaço homogéneo, renovado e seguro, constituído por um público legitimado na sua função primária de consumidor. A cidade branca difere da cidade negra porque os atores que a produzem diariamente são seres racionais capazes de debater e mobilizar as autoridades públicas para caracterizar um problema e tentar resolvê-lo. Os debates e encontros em que temos participado são uma expressão desta ideia, excluindo pela própria forma que assumem grande parte das pessoas incriminadas, marginalizadas e estigmatizadas. Fora dessa esfera pública racional, não há apenas consumidores de droga e mulheres que se prostituem, mas também crianças que querem jogar futebol, alguns dos habitantes pobres e trabalhadores que não se sentem preocupados ou, de alguma forma, a comunidade bengali-paquistanesa. Coloca-se a questão de como considerar a natureza pública do espaço e de quem o utiliza: por um lado, abstrata e normativa, como imaginava Habermas, e por outro, heterogénea, composta por aqueles estranhos de que fala

Sennett (1979 [1997], 2002 [1994]). Além de ser inerente às cidades ordinárias e globalizadas, esse público heterogêneo é resultado da matriz de desigualdades sociais e económicas e de territórios urbanos fragmentados produzidos pelas políticas neoliberais e de austeridade.

## 7. Conclusão

Parece importante começar esta conclusão sublinhando que o processo de regeneração urbana iniciado em 2011 fez do Largo do Intendente um espaço público no sentido moderno da expressão. Ao longo da sua história, o Largo do Intendente tem sido percebido no imaginário coletivo como um espaço residual, um lugar de passagem ou uma plataforma atravessada por dinâmicas urbanas muito diversas. A intensidade com que as transformações urbanas foram concluídas transformou-o, passando de um status de invisibilidade para um de hipervisibilidade, que atraiu investidores e consumidores (Veiga Gomes 2015, 2016). As atividades informais que faziam dele um lugar de infâmia tinham de sair do lugar, por ser conhecido como um espaço de consumo, como muitos outros espaços públicos de Lisboa. Como resultado, os processos de regeneração urbana e o aumento da segurança no espaço público reforçam-se mutuamente para atrair um público e rejeitar o outro.

Do ponto de vista do espaço construído, os dispositivos que foram instalados para aumentar a sensação de segurança são impressionantes na sua diversidade e, contudo, simplicidade. Não há uso de arquitetura defensiva ou dispositivos ultratecnológicos, como Davis ou Graham têm visto em algumas metrópoles globais e cidades sob cerco. Pelo contrário, trata-se de colocar o CPTED em prática através dos seus quatro princípios básicos: a vigilância natural, o controlo de acesso natural, o reforço do território e a boa gestão e manutenção do espaço. Neste contexto, um terraço situado num espaço aberto e bem iluminado cria um efeito panótico, muito mais eficaz e simples de instalar do que uma operação policial tão espetacular como inútil a longo prazo. De facto, o simples jogo de olhares e representações produz um mecanismo de reconhecimento e controlo social, que reforça alguns no seu papel de público legítimo e expulsa os outros que são marginalizados e estigmatizados (Brighenti 2007).

A política de guarda-chuva, que visa aumentar o número de estabelecimentos e terraços nos espaços públicos, não se destina apenas a aumentar a atratividade do lugar e a vigilância natural. Além de torná-lo economicamente rentável, a privatização do espaço público produz um nível intermediário de controlo entre cidadãos-consumidores e marginalizados considerados como ameaças potenciais. Em consequência, os processos de privatização e segurança, longe de se contraporem, reforçam-se mutuamente, criando a imagem de um lugar seguro e atraente para o consumo.

Entre 2015 e 2017, o número de bares e cafés duplicou e, a partir de 2017, o Largo do Intendente viu uma série de projetos hoteleiros e imobiliários destinados a uma clientela internacional e de classe média/alta. Por outro lado, os primeiros atores a se estabelecerem logo após o final das obras em 2012 foram movidos por um verdadeiro espírito pioneiro, consciente dos problemas sociais que estavam e que ainda estão a afetar a área. Ao contrário, o contraste entre edifícios renovados e ainda degradados e, consequentemente, entre os públicos que os frequentam, tendem a aumentar. Com a multiplicação dos atores privados envolvidos, houve um aumento dos interesses económicos, por um lado, e a perda da consciência social do lugar, por outro. Essa consciência social seria a consciência que esses atores têm de pertencer a um lugar que tem um passado recente e problemas sociais com os quais é necessário lidar. O sucessivo encerramento das várias comunidades e associações históricas do Largo do Intendente é particularmente significativo nesta mudança de perspetiva.

O processo de transformação que afetou o Largo do Intendente foi realizado em várias fases, e gradualmente o que era apenas um nome próprio ou uma estação de metro passou a ser o nome de um bairro. Ao constituírem-se como um bairro histórico de Lisboa, tal como Alfama ou Mouraria, os atores destas transformações procuram encenar o próprio espaço, para que este se apresente como uma entidade homogénea com as suas tradições locais e a sua população estável. Outras características que marcam esta área urbana, como a história da infâmia ou do multiculturalismo, também são encenadas através de nomes, imagens e evocações. Esta estetização da diversidade cultural e étnica e de uma certa forma de marginalidade tende a valorizar simbólica e economicamente o Largo do Intendente. Por outro lado, a produção deste imaginário liso e supostamente cosmopolita reforça os processos de estigmatização territorial e de invisibilidade dos mais estigmatizados.

A requalificação do espaço público está também a ser realizada com a renovação dos edifícios que o rodeiam e a valorização das suas fachadas, de forma a marcar o carácter histórico e autêntico do sítio. Graças ao uso de um conjunto de luzes e materiais brancos, um efeito de unidade de tempo e lugar é produzido, reunindo um público homogéneo neste ambiente uniforme. Por outro lado, as partes dos territórios que ainda não foram objeto de um programa de reabilitação aparecem como vestígios ou pontos degenerados que estão na origem de todos os males. No caso do Largo do Intendente, a dialética da cidade branca/preta assume uma forma dupla: (i) temporal, separando o seu estado atual do seu estado passado e (ii) espacial, afastando o espaço em si dos seus arredores, dos quais a Rua dos Anjos é um símbolo. O uso desta imagem binária serve para fazer com que o público consumidor apareça ainda mais homogéneo e legítimo à medida que outros são rejeitados nas suas margens.

No caso do Largo do Intendente, a observação das dinâmicas de apropriação espacial desenvolvidas pelos vários grupos sociais que o habitam e frequentam tem-se revelado complexa e difícil. Primeiro, porque há uma grande diversidade de lógicas e práticas urbanas que se encontram ali e que não evoluem de forma linear. O processo de regeneração urbana restringiu algumas atividades informais, como a prostituição ou o tráfico de droga, a áreas restritas, e reduziu as suas pegadas no território. No entanto, estas atividades estão ainda bem estabelecidas e a situação não melhora necessariamente com o tempo. Em segundo lugar, porque as transformações urbanas que afetaram o Largo do Intendente foram rápidas e intensas e ainda é difícil medir todas as suas consequências. No contexto de uma cidade em plena mutação, a chegada de hotéis de luxo e projetos imobiliários irá num futuro próximo modificar completamente a morfologia do Largo e dos seus arredores.

O programa de regeneração urbana do Largo do Intendente baseou-se em duas grandes linhas de ação: i) a reabilitação do meio edificado e ii) a promoção de projetos socioculturais. Parece que o parente pobre deste programa é um apoio social adequado para os grupos mais marginalizados e estigmatizados; António Guterres já fazia esta constatação em 2000 (Veiga Gomes 2016). Não se trata apenas de prostituição e toxicodependência, mas também de questões económicas, de habitação, de isolamento, de racismo, de documentação, de saúde mental ou física, etc. Na cidade austera produzida pelo neoliberalismo, a multidão dessas pessoas marginalizadas e estigmatizadas muitas vezes não tem outra escolha senão ocupar o espaço público, um espaço no qual são cada vez mais reprimidas. Vale a pena lembrar que eles são os primeiros a sofrer das violências interpessoais ou das rusgas da polícia, sendo sempre apresentados como ameaças, reais ou potenciais. A publicidade do espaço público não pode ser reduzida a uma simples questão de acessibilidade e deve ser estendida a ideias de inclusão, relações de poder e apropriação espacial. A principal condição para esta mudança de perspetiva é partir do espaço como ele é - um espaço de encontro, contestação ou transgressão - e não de como deveria ser - transcendente, normativo e abstrato.

## 8. Bibliografia

- Arendt, H. (1988 [1958]). *Condition de l'homme moderne*. Paris: Livre de Poche.
- Barradas, A (2015). *Adaptabilidade e Efemeridade. Reabilitação de um palacete no Largo do Intendente*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Beaud, S. & Weber, F. (2007). *Guia para a Pesquisa de Campo - Produzir e analisar dados etnográficos*. Petropolis: Editora Vozes.
- Benjamin, W. (2015 [1939]). *Paris, capitale du XIXe siècle : exposé*. Paris: Éditions Allia.
- Blanchot, M. (1969). *L'entretien infini*. Paris: Gallimard.
- Brighenti, A. (2007). Visibility: A category for the social sciences. *Current Sociology* 55(3):323–42.
- Buzan, B. Wæver, O. & de Wilde, J. (1998). *Security : a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Pub.
- Chabrol, M. Collet, A. Giroud, M. Launay, L. Rousseau, M. & Ter Minassian, H. (2016). *Gentrifications*. Paris: Editions Amsterdam.
- Clifford, J (Ed) (1986). *Writing culture : the poetics and politics of ethnography : a School of American Research advanced seminar*. Berkeley: University of California Press.
- Cocola-Gant, A (2018). Tourism gentrification. In Lees, L and Phillips, M (Eds) *Handbook of Gentrification Studies*. Cheltenham and Northampton: Edward Elgar Publishing, pp. 281-293.
- Cocola-Gant, A & Gago, A (2019). Airbnb, buy-to-let investment and tourism-driven displacement: A case study in Lisbon. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 1-18.
- Cuyvers, W (2014). Nouvelle. École. Architecture. *Clara* N° 2(1):209.
- Davis, M (2006a [1990]). *City of quartz : excavating the future in Los Angeles*. London & New York: Verso Books.
- Davis, M (2006b [1992]). *Au-delà de Blade Runner : Los Angeles et l'Imagination du désastre*. Paris: Éditions Allia.
- Davis, M (2007). *Le stade Dubaï du capitalisme*. Paris: Les prairies ordinaires.



- Delgado, M (2016 [2011]). *L'espace public comme idéologie*. Toulouse: CMDE.
- Direção-Geral da Administração Interna (2012). *CPTED. Prevenção Criminal Através do Espaço Construído - Guia De Boas Práticas*. Lisboa.
- Estevens, A (2017). *A cidade neoliberal : conflito e arte em Lisboa e em Barcelona*. Lisboa & Porto: Deriva Editoria & Outro Modo, Le Monde Diplomatique edição.
- Fanon, F (2004 [1961]). *Les damnés de la terre*. Paris: La Découverte.
- Flyvbjerg, B (2001). *Making social science matter : why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Flyvbjerg, B (2004). Phronetic planning research: Theoretical and methodological reflections. *Planning Theory and Practice* 5(3):283–306.
- Foucault, M (1993 [1975]). *Surveiller et punir : naissance de la prison*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M (1997 [1976]). *Il faut défendre la société : cours au Collège de France, 1975-1976*. Paris: Gallimard/Seuil.
- Fraser, N & Nash, K (2014). *Transnationalizing the Public Sphere*. Cambridge: Polity Books.
- Graham, S (2012 [2010]). *Villes sous contrôle la militarisation de l'espace urbain*. Paris: La Découverte.
- Gregory, D (2004). *The colonial present : Afghanistan, Palestine, and Iraq*. Hoboken: Blackwell Pub.
- Guterres, A & De Sousa A (2018). The Invisible City: Existence and Resistance in the Peripheries of Lisbon. *The Funambulist* 16:20-25.
- Habermas, J (1991 [1962]). *The structural transformation of the public sphere : an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: MIT Press.
- Haraway, D (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies* 14(3):575.
- Harvey, D (2010). *The enigma of capital : and the crises of capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Harvey, D (2012 [2005]). *Paris, capitale de la modernité*. Paris: Les Prairies ordinaires.
- Harvey, D (2014 [2007]). *Brève histoire du néolibéralisme*. Paris: Les Prairies ordinaires.

- Hippler, T (2014). *Le gouvernement du ciel histoire globale des bombardements aériens*. Les Prairies ordinaires.
- Lemos, M (2014). *Estratégias complexas de reabilitação urbana: o efeito combinado da criatividade, espaço público e nobilitação*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: Técnico Lisboa.
- Lousada, M (1998). A Cidade Viglada: a Polícia e a Cidade no início do século XIX. *Cadernos de Geografia*, 227-232.
- Low, S & Smith, N (2006). *The politics of public space*. London: Routledge.
- Machado, P. Neves, A. Almeida, C. Esteves, N. Vilares, E. & Rosa, F. (2011). *Segurança pública e desenvolvimento urbano*. Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Machiavel, N (1980 [1531]). *Sur la première décade de tite-live*. Paris: Berger-Levrault.
- Malet-Calvo, D (2018). Understanding international students beyond studentification: A new class of transnational urban consumers. The exemple of Erasmus students in Lisbon (Portugal). *Urban Studies* 55(10):2142-2158.
- Marques, R (2015). Programas culturais e a reabilitação de edifícios e espaços urbanos : o Largo do Intendente de Pina Manique. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.
- Mendes, L (2017). Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole* 19(39):479–512.
- Menezes, M (2004). *Mouraria, retalhos de um imaginário : significados urbanos de um bairro de Lisboa*. Oeiras: Celta.
- Mitchell, D (2003). *The right to the city : social justice and the fight for public space*. New-York: Guilford Press.
- Navarro, C (2016). Where to Go in Lisbon - The New York Times. *New York Times*. Obtido 11 de Setembro de 2019 (<https://www.nytimes.com/interactive/2016/02/04/travel/where-to-go-in-lisbon.html>).
- Olivier de Sardan, J-P (1995). La politique du terrain. *Enquête* (1):71–109.

- Pavoni, A & Tulumello, S (2018). What is urban violence?. *Progress in Human Geography*.
- Rigouste, M (2012). *La domination policière : une violence industrielle*. Paris: La Fabrique éd.
- Rodrigues, N (2014). *Intervenções, espacialidades e relações de poder : o caso da praça do Martim Moniz*. Dissertação de Mestrado em Estudos Urbanos. Lisboa: ISCTE.
- Rodrigues, R (2017). «O pontapé no cu». *Noticias Magazine*. Obtido 11 de Setembro de 2019 (<https://www.noticiasmagazine.pt/2017/o-pontape-no-cu/>).
- Roşbard, S (2015). *White city, black city : architecture and war in Tel Aviv and Jaffa*. Cambridge: The MIT Press.
- Schwarte, L (2019 [2009]). *Philosophie de l'architecture*. Paris: Éditions Zones.
- Sennett, R (1979 [1977]). *Les Tyrannies de l'intimité*. Paris: Seuil.
- Sennett, R (2002 [1994]). *La chair et la pierre*. Paris: Éditions de la Passion.
- Stavrides, S (2016). *Common space : the city as commons*. London: Zed Books.
- Trémoulinas, A (2007). «Enquêter dans un lieu public». *Geneses* 66(1):108–22.
- Tulumello, S (2017). *Fear, Space and Urban Planning*. Cham: Springer International Publishing.
- van Campenhoudt, L & Quivy, R (2011). *Manuel de recherche en sciences sociales*. Paris: Dunod.
- Veiga Gomes, H (2015). Des images dans la ville : une chronotopie de la place d'Intendente à Lisbonne. *Cahiers «Construction politique et sociale des territoires»*,45–67.
- Veiga Gomes, H (2016). *Des images de la villes aux imaginaires urbains. Représenter la transformation du paysage d'Intendente à Lisbonne*. Thèse de Doctorat en Anthropologie. Paris: Université Paris Ouest Nanterre La Défense et Laboratoire Architecture Anthropologie.
- Wacquant, L (2004). *Punir les pauvres : le nouveau gouvernement de l'insécurité sociale*. Marseille: Agone.
- Wacquant, L. Slater, T. & Pereira, V. (2014). Territorial Stigmatization in Action. *Environment and Planning A: Economy and Space* 46(6):1270–80.
- Weizman, E (2007). *Hollow land : Israel's architecture of occupation*. London & New York: Verso Books.

Wood, L & Rigouste, M (2015). *Mater la meute : la militarisation de la gestion policière des manifestations*. Montréal: Lux Éditions.

Yiftachel, O (1998). Planning and Social Control: Exploring the Dark Side. *Journal of Planning Literature* 12(4):395–406.